

**DIÁRIO****República Federativa do Brasil****DO CONGRESSO NACIONAL****SEÇÃO II****ANO XLVII — Nº 112****SÁBADO, 18 DE JULHO DE 1992****BRASÍLIA — DF**

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 15ª SESSÃO, EM 17 DE JULHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR EDUARDO SUPPLY — Considerações sobre o depoimento da Srª Rosinete Melanias na CPI do caso PC. Sugestão de nomes dos responsáveis pela Construtora Odebrecht para deporem na CPI do caso PC. Nova versão para o assassinato do Governador Edmundo Pinto, do Acre.

SENADOR JARBAS PASSARINHO — Homenagem póstuma ao Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, pelo transcurso dos 25 anos de seu falecimento.

SENADOR MARCO MACIEL — Considerações a respeito da importância do ajuste fiscal proposto pelo Governo. Transcrição, nos Anais, do pronunciamento do Senhor Presidente da República, em rede nacional, sobre a reforma fiscal e novo papel do Estado na economia.

SENADOR JOÃO ROCHA — Política econômica de incentivos aos micro e pequenos empresários.

SENADOR ODACIR SOARES — Acompanhamento pela Nação das investigações da CPI do caso PC. Indignação de S. Exª diante da notícia veiculada pelo jornal

O Globo, edição de hoje, de apoio ao impeachment presidencial pelo ex-Governador Orestes Quêrcia.

1.2.2 — Leitura de projeto

— Projeto de Resolução nº 49/92, de autoria da Comissão Diretora, que transforma cargos efetivos, vagos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e dá outras providências.

1.2.3 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Ofício nº 548/92, do Prefeito Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, encaminhando parte dos documentos exigidos pela Resolução nº 36/92, do Senado Federal, destinados a instituir o processo do Ofício nº S/17/92.

— Aprovação pela Comissão Diretora, em reunião realizada no dia 15 do corrente mês, dos Requerimentos nºs 471, 472, 497, 501 a 503/92, de informações.

1.2.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — MESA DIRETORA

3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 15ª Sessão, em 17 de julho de 1992

4ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jarbas Passarinho, Amir Lando, Chagas Rodrigues e Meira Filho.

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Alexandre Costa — Amir Lando — Chagas Rodrigues — Eduardo Suplicy — Jarbas Passarinho — João Calmon — João Rocha — José Eduardo — Meira Filho — Nabor Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — A lista de presença acusá o comparecimento de 10 Srs. Senadores: Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jarbas Passarinho) — Há oradores inscritos.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso). — Sr. Presidente Jarbas Passarinho, Srs. Senadores, considero que os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, que apura os atos do Sr. Paulo César Farias, alguns dos quais caracterizados por ilicitudes penais e denúncias feitas pelo Sr. Pedro Collor de Mello, avançam com a coleta de evidências cada vez mais fortes de que efetivamente o Sr. Paulo César Cavalcante Farias praticou o tráfico de influências.

Ontem, tivemos o depoimento da Sr^a Secretária de Paulo César Farias, Rosinete Melanias, que admitiu aquilo que antes não havia sido admitido por Paulo César Farias, nem pelo Presidente da República, ou seja, ela confirmou que, por ordem do empresário, fez um depósito na conta da Secretária particular do Presidente Collor, Ana Acioli. Segundo Rosinete, o dinheiro foi depositado na conta do BMC, mais tarde transferido por Ana Acioli para o Bancesa.

Ora, como, na terça-feira última, a própria Secretária do Presidente Collor reafirmara que essa conta era destinada para despesas pessoais do Presidente, e como Rosinete retirou o dinheiro para Ana Acioli da EPC, não há dúvida que o elo está comprovado.

Agora, de onde vinham os recursos da EPC — Empresa de Participações e Construções Ltda.? Que negócio fazia a EPC?

A Sr^a Rosinete Melanias, ontem, disse que, no escritório do Sr. Paulo César Farias em São Paulo, trabalhavam, além do Sr. Paulo César Farias, ela, secretária, um boy e poucas pessoas mais. Não tinha a EPC em São Paulo uma estrutura para prestar serviços de alto nível de qualidade nas áreas fiscal, contábil, administrativa, econômica e assim por diante. Mencionou, ainda, a secretária que o único advogado de maior qualificação contratado foi o Sr. Paulo Jacinto, que inclusive é de Maceió e que permanece mais em Maceió do que em São Paulo. A EPC em Maceió, por seu turno, era uma empresa que tinha doze funcionários de nível médio — nenhum grande especialista nas áreas fiscal, contábil, administrativa e de engenharia.

Ora, como explicar, então, que algumas das maiores empresas brasileiras realizaram contratos com a EPC de extraordinário valor? Assim, por exemplo, conforme já prestaram depoimento à Polícia Federal, ao Delegado Paulo Fernando da Costa Lacerda, que vem sendo assistido por dois Procuradores da República — dentre eles o Dr. Italo Fioravante

e ainda o escrivão José Maria de Oliveira Barbosa — que acompanham cada um dos depoimentos, havendo também outro Procurador da República que está acompanhando cada um dos depoimentos. Dentre outros, já prestaram depoimentos ao Dr. Paulo Lacerda, o Sr. Antônio Ermírio de Moraes principal responsável pelo Grupo Votarantim; o Sr. José Ermírio de Moraes, o irmão do Sr. Antônio Ermírio de Moraes que justamente é o Presidente da S/A Indústrias Votarantim, o Sr. Eduardo Borges de Andrade, Diretor Superintendente da Construtora Andrade Gutierrez; o Sr. Emílio Alves Odebrecht, que é o Presidente da Construtora Odebrecht; também o Sr. Renato Jorge Sati, Diretor Financeiro da Setenco; o Sr. Flávio Corrêa Rabelo, que é o Diretor-Presidente da Construtora Tratex.

Tive oportunidade de visitar ontem à noite, até por delegação do Senador Amir Lando, Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, o Sr. Paulo Lacerda. fui buscar para a CPI os termos de declarações que esses empresários prestaram ao Sr. Paulo Lacerda. Quero ressaltar que a impressão que teve do Delegado Paulo Lacerda é a de que ele vem fazendo um trabalho cuidadoso, extremamente responsável, no qual vem sendo assistido pelos dois Procuradores da República.

Mas a que conclusão chegou até agora, com a clareza que está estampada na imprensa, hoje, o Sr. Paulo Lacerda? A de que a Empresa de Participações e Construções Ltda, EPC, do empresário Paulo César Farias, superfaturava, de forma escandalosa, os supostos serviços de consultoria que prestava a boa parte do empresariado brasileiro, conforme hoje salientam o **Estado de S. Paulo** e o **Jornal do Brasil**.

Depois de minucioso levantamento feito nessas empresas de consultoria, e tendo ouvido os empresários que citei e outros, chegou à conclusão o Sr. Paulo Lacerda de que a natureza desses serviços não poderia ter custado nem 10% do valor cobrado pela EPC. Isso foi observado por um delegado com acesso ao inquérito que investiga as denúncias.

Como justificar, por exemplo, que a Setenco pagou em 20 de dezembro de 1991, 206 milhões 185 mil 567 cruzeiros, conforme comprova nota emitida pela EPC, referentes a serviço de assessoria econômica e fiscal prestado à Setenco, embora tivesse o Sr. Renato Jorge Satti, Diretor Financeiro da informado que isso teria sido o pagamento, mediante a entrega, de estudo feito pela EPC abrangendo aspectos tributários em geral. O Diretor Financeiro da Setenco, se comprometeu com o Sr. Paulo Lacerda, entregar um estudo envolvendo aspectos tributários no dia seguinte ao seu depoimento no dia 7 de

julho passado e até agora, dia 17, dez dias depois, ainda não entregou esse estudo.

A coincidência é que essa mesma empresa, no mesmo ano de 1991, participou de concorrência pública aberta pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro para a construção da Linha Vermelha, sendo que a Setenco foi escolhida vencedora para a construção do lote 2, com pouco menos de dois quilômetros de extensão. A escolha da Setenco ocorreu em sorteio, tendo em vista o empate técnico registrado entre a Setenco e outra empresa.

É interessante também observar que a própria Setenco recorreu a financiamentos bancários tanto de bancos particulares como oficiais. E exatamente no segundo semestre de 1991, por volta de outubro, a Setenco obteve empréstimo para capital de giro junto ao Banco do Brasil da ordem de um milhão e meio de dólares, aproximadamente.

Só isso envolve, no mínimo, a necessidade — e aqui faço uma proposição, presente o Relator, Senador Amir Lando — de convocarmos a Comissão Parlamentar de Inquérito o Presidente do Banco do Brasil, Lafayette Coutinho, para saber se houve algum relacionamento. Todos já sabemos, aliás, o Sr. Paulo César Cavalcante Farias informou, no dia do seu depoimento à CPI, que o Sr. Lafayette Coutinho era uma das pessoas que ele, efetivamente, conhecia bem e que havia recomendado a sua designação, antes, para Presidente da Caixa Econômica Federal e, depois, para Presidente do Banco do Brasil.

Como, de repente, a Setenco faz um pagamento de 206 milhões de cruzeiros, em 20 de dezembro de 1991, pouco após a liberação de um empréstimo de um milhão e meio de dólares pelo Banco do Brasil? Não há dúvida de que precisamos nos perguntar, na CPI, em que medida houve relação de causa e efeito, porque serviço prestado pela EPC à Setenco que tenha sido comprovado por qualquer estudo de natureza tributária, até agora não chegou, embora tivesse sido prometido.

No diálogo com os Procuradores, com o Dr. Paulo Lacerda, algo ficou por pensar. Segundo se disse o Sr. Paulo César Farias estaria tentando encontrar profissionais de alto nível que pudessem, rapidamente, fazer estudos capazes de justificar esse extraordinário pagamento, para mostrar que à Setenco foram prestados serviços pela EPC; ou seja, teria a EPC que ter contratado um profissional de excepcional qualificação para apresentar esse estudo.

Mas, a pergunta que se coloca é: Qual o profissional, de grande reputação no Brasil, hoje, que pode realizar, de uma hora para outra, um estudo datado de 1991? Os profissionais e empresas de consultoria eventualmente existentes no Brasil já fecharam suas declarações de rendimentos de 1991. Então, não é possível, agora, retroceder no tempo e de repente surgir com um estudo novo, pago em 91, e a esse preço, que obviamente teria que aparecer na declaração de rendimentos.

O Sr. Chagas Rodrigues — V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY — Com muita honra, nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Senador Eduardo Suplicy, quero, inicialmente, louvar o espírito público e a atividade que V. Ex^a vem desenvolvendo, notadamente nessa área junto à Comissão; li nos jornais que V. Ex^a não era membro da Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Sou suplente.

O Sr. Chagas Rodrigues — Se não é membro titular da Comissão, mas suplente...

O SR. EDUARDO SUPLICY — Por atenção da Bancada do...

O Sr. Chagas Rodrigues — Isso apenas revela e enobrece V. Ex^a, porque, não sendo obrigado a ir, pelo fato de não ser membro titular, V. Ex^a movido pelo seu espírito público, está acompanhando os trabalhos de uma Comissão que realmente vem preocupando todo o País. Ainda domingo último, eu li jornais da Argentina, logo depois, jornal dos Estados Unidos, e pude verificar que esses fatos estão tendo uma repercussão imensa no Continente e também na Europa. Mas V. Ex^a diz muito bem, se existisse esse trabalho de consultoria, ele já teria sido trazido. Então, a origem do pagamento, necessariamente, é outra. Se existissem esses trabalhos, trabalhos de pareceres, de consultoria, eles já teriam sido apresentados. E mais ainda, nenhum trabalho poderia justificar o montante do pagamento; isto não existe no País. Ora, quando uma empresa paga a outra entidade qualquer, seja lá quem for, isso, em qualquer país capitalista do mundo, e hoje todos são capitalistas, uns mais outros menos, uns ainda do chamado capitalismo selvagem, outros, do capitalismo dito civilizado, outros, do neocapitalismo — o certo é que não se pode comparar o capitalismo da Suécia com o capitalismo dos Estados Unidos — mas o preço está sempre de acordo com o mercado.

Gostaria de dizer a V. Ex^a que só há três fontes: ou o pagamento se deve a um trabalho de técnicos comprovados, da maior competência, e a hipótese está afastada; ou então isso se deve a favores governamentais de quem integra o Governo ou de quem tem influência junto ao Governo, ou, finalmente, isso se deve, o que é comum em muitos países, às chamadas informações privilegiadas. Então, temos: ou informações privilegiadas, ou favores, interferências, tráfico de influência ou, finalmente, pareceres; afastada a hipótese do parecer, do trabalho intelectual, nós temos informações privilegiadas ou favores governamentais. Mas, está evidente que tem havido no País superfaturamento em alta escala. Nessa outra comissão de inquérito destinada a investigar irregularidades ocorridas na Petrobrás e nos chamados fundos de pensão, da qual sou vice-presidente, ainda que a contragosto, eu quero dizer que lá a coisa chegou a tal ponto que várias concorrências foram anuladas pelo próprio Governo diante do clamor e da resistência de vários segmentos nacionais. De modo que V. Ex^a está certo. No nosso Direito entre os meios de prova, estão os indícios, e aí nós temos indícios altamente fortes de terríveis irregularidades, de corrupção, no Governo. Resta, agora, saber quem são os responsáveis por esses atos de corrupção. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, que coloca as questões que naturalmente todos temos que nos perguntar. V. Ex^a, atuando na Comissão Parlamentar de Inquérito que examina o denominado esquema Pedro Paulo Leoni Ramos, o que se passou na Petrobrás e nos fundos de pensão, começa a examinar a fundo como é que houve uma interação entre aquilo que se denomina o esquema Paulo César Cavalcante Farias e o esquema Pedro Paulo Leoni Ramos.

Segundo a análise da jornalista de *O Estado de S. Paulo*, Sueli Caldas, na verdade, houve, infelizmente, um grupo de pessoas que agia de maneira a desviar recursos públicos, de

maneira a enriquecer-se ilícitamente; um grupo de pessoas agindo dentro do governo e outro agindo fora do governo.

É importante que os trabalhos dessas duas comissões andem agora paralelamente, podendo haver, acredito, momentos em que ambas as comissões tenham que trocar informações, idéias e eventualmente até ouvir depoimentos em comum, se for o caso.

Haverá momentos em que a interação dos dois esquemas de influência seja tal que se verifique a necessidade de ouvirmos e compararmos as declarações que vamos ter em ambas as comissões.

Mas, se o caso da Setenco é impressionante, mais ainda é o caso da Odebrecht. O Sr. Emílio Odebrecht foi perguntado a respeito dos diversos pagamentos feitos à empresa EPC, nas seguintes datas: 24-8-90, 29-8-90, 10-9-90, 17-9-90, 24-9-90, 1º-10-90, 5-11-90, com valores de 40 milhões e 500 mil, 41 milhões e 250 mil, 8 milhões, 80 milhões, 4 milhões e 123 mil, 45 milhões e 500 mil, 4 milhões e 550 mil, 34 milhões e 800 mil. Documentos relacionados com negócios feitos com a Odebrecht, para quê? Também trabalhos de consultoria econômica. De que natureza? Acontece que aqui ficam também as dúvidas porque, até agora, o Sr. Emílio Odebrecht não encaminhou os estudos que pudessem justificar isso, mas há até um momento importante das declarações do Sr. Emílio Odebrecht em que exatamente relata aquilo que o Sr. Luiz Octávio Motta Veiga revelou para a CPI. Senador Amir Lando, exatamente aquilo que o Dr. Luiz Octávio Motta Veiga nos relatou lembre-se num momento em que ele diz que ligou à Tenenge informando: “— Olha, vocês vão ganhar e não paguem qualquer serviço a quem quer que diga que porventura esteja tentando ajudar, porque o senhor ganhou não por qualquer favor.” E aqui está.

Senador Amir Lando, eu aqui quero apenas fazer algumas referências. Estes são documentos que cabem à CPI. V. Exª delegou-me a oportunidade de ir à Polícia Federal e recebê-los para a CPI. Mas a minha consciência diz que cabe a V. Exª divulgar estes documentos ao País, a todos os membros da CPI e acredito que seria importante pudéssemos, os Membros da CPI, especialmente à luz do seu parecer, ter uma análise destes documentos a averiguarmos em que medida seria importante à própria CPI convidar esses empresários para detalharem ainda mais sobre isto.

Surpreendeu-se o Sr. Paulo Lacerda quando observou que são inúmeras as empresas do Grupo Votorantim que fizeram contratos com a EPC; surpreendeu-se ele com o volume de pagamentos feitos pela Odebrecht, pela Cetenco, pela Tenenge, pela Tratex, porque, comparando-se com os preços cobrados por empresas de consultoria no País, esses valores são muito elevados.

Então, acredito que é responsabilidade da CPI examinar e acreditar que V. Exª poderá dialogar com os Membros da CPI sobre se é o caso de convidar alguns empresários para esclarecer esse ponto, além de algumas autoridades, como o Presidente do Banco do Brasil, que aqui observo que é importante.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) — Devo esclarecer ao nobre orador, Senador Eduardo Suplicy, que tudo será feito na forma regimental.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Então, encaminho a V. Exª a cópia destes documentos, que pertencem à CPI, bem como as notas, esclarecendo que o Delegado Paulo Lacerda e o Diretor da Polícia Federal informaram-me que o complemento dos documentos solicitados serão entregues na segun-

da-feira. Esses são partes dos documentos, mas é um grande volume. Então ele pediu um pouco mais de tempo para tirar xerox e na segunda-feira, provavelmente à tarde, eu disse que iria lá para buscar os documentos.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, relacionado a esses fatos, de comentar a reflexão hoje feita pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, no Editorial “O Episódio Misterioso”, “quando diz que fica em má situação a organização policial paulista com a declaração de Edmilson Alves do Carmo, um dos acusados do assassinio do Governador do Acre, Edmundo Pinto, ao apresentar nova versão para o crime. Interrogado pela Juíza Maria Cristina Cotrofe, da 13ª Vara Criminal, Edmilson Alves do Carmo afirmou que o crime tem conotação política, com o envolvimento de muita gente.”

Ora, até agora esse crime era dado como latrocínio, embora, por várias circunstâncias, se pudesse supor que havia de fato interesses políticos a motivá-lo.

E, aqui, *O Estado de S. Paulo* fala sobre a importância da Polícia de São Paulo não concluir seus trabalhos, à vista deste novo depoimento, do próprio Edmilson. Quer dizer, a hipótese de latrocínio deve ser agora, melhor avaliada. E como isto está relacionado à questão da Construtora Norberto Odebrecht, às obras do Canal da Maternidade, como se está evidenciando pelo depoimento do próprio Sr. Emílio Odebrecht, alguma coisa estranha ocorreu. E acredito que a CPI, por exemplo, ao ouvir o Sr. Emílio Odebrecht e outros eventuais diretores da Odebrecht poderá, inclusive, solicitar esclarecimentos a respeito do episódio da morte do ex-Governador Edmundo Pinto.

Portanto, encaminho a V. Exª os documentos citados. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Jarbas Passarinho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Amir Lando) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jarbas Passarinho.

O SR. JARBAS PASSARINHO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, no dia de amanhã faz vinte e cinco anos que o Presidente Humberto de Alencar Castello Branco foi vítima de um acidente fatal de aviação. Justamente para poder ficar próximo dessa data é que me inscrevi, hoje, para falar a respeito daquele grande brasileiro.

Devido à nossa rarefação demográfica no plenário, pode parecer que, escolhendo o dia de hoje para tratar de uma matéria que é normalmente polêmica, eu pudesse ter preferido, através de uma manobra, um dia de menor presença, para ter menor problema, o que me levaria até a desejar transferir a minha fala para a próxima terça-feira, inscrevendo-me hoje para aquela próxima sessão.

É evidente que falar sobre o Presidente Castello Branco, para mim, é alguma coisa que remonta aos meus tempos de cadete. Quando ele chegou à Escola Militar, como Major, vindo, do curso de especialização que fez na França, onde se destacou — e já mostrava as suas qualidades intelectuais ao lado das qualidades profissionais — nós cadetes, já víamos no Major Castello Branco o líder que ele já era e que seria muito mais no futuro.

Eu tenho a impressão, Sr. Presidente Senador Amir Lando, que talvez o melhor fosse realmente deixar a minha apreciação da figura do General Castello Branco, do Major, do Oficial de Operações na FEB, onde foi tão brilhante que

Os oficiais de Ligação do V Exército faziam os maiores elogios ao Oficial de Operações brasileiro; depois foi Comandante da Escola de Estado Maior, onde fui seu comandando, nos momentos mais tumultuados, àquela época, da vida brasileira, quando se deu o o suicídio do Presidente Getúlio Vargas, a pregação do jornalista Carlos Lacerda, as consequências políticas e sociais que advieram daquela fase. Depois, quando ele se violentou, de algum modo, na medida em que legalista à outrance que era, fez o seu primeiro protesto naquele episódio famoso da espada de ouro, que foi oferecida por líderes sindicais ao General Lott.

Eu gostaria de falar também, quando ele, objeto da animosidade do General Lott, em função exatamente de sua anterior atividade, foi transferido para o Comando Militar da Amazônia numa espécie de desterro.

Quando Comandante do IV Exército, teve a oportunidade, profundo estudioso que era, de relacionar-se com o problema do Nordeste brasileiro.

Venço, de qualquer modo, essa resistência, Sr. Presidente, porque não darei a impressão de que, tratando do General Castello Branco, possa ter desejado ter aqui um biombo da ausência da maioria dos Senadores no Plenário da Casa, até por que, infelizmente, desde que voltei à Casa, essa ausência tem sido uma constante.

Que tivéssemos uma presença de todos aqueles que, pelas razões históricas, não se simpatizam com a biografia do General Castello Branco, também seria esperar demasiadamente.

De modo, Sr. Presidente, que prossigo, chamando a atenção de que o Presidente Castello Branco e o Presidente Costa e Silva muitas vezes foram objetos de comparações, desprimorosas para o último. De um modo geral, forma-se uma grei, forma-se o *entourage* em torno de certos líderes, que passam a ser mais papistas do que o Papa. Na verdade, ambos foram alunos do colégio Militar de Porto Alegre, onde comecei, muito mais tarde, a minha vida, já com o nome de Escola Preparatória de Cadetes.

O Presidente Costa e Silva contava-me que seu pai, que se alfabetizara lendo jornais no balcão de uma casa de comércio, tinha um profundo desejo de que seus filhos fossem doutores. E o primeiro que veio para Porto Alegre foi exatamente, mais tarde, o Presidente Costa e Silva. Voltou ao cabo do primeiro ano do Colégio Militar e, chegando à cidade natal, encontrou seu pai muito chocado, porque um outro colega seu — de Costa e Silva — tinha voltado, também em férias, com uma graduação de sargento. O Colégio Militar fazia — e faz até hoje — esta regra: de acordo com o mérito intelectual, o melhor aluno é o coronel; depois, vai-se baixando a hierarquia até chegar-se a sargento. Costa e Silva ficou muito abalado pela reação do pai. Voltou ao segundo ano e, a partir daí, veio coronel do Colégio Militar; o primeiro aluno, portanto. Nessa mesma turma, o Presidente Castello Branco, que era também aluno, foi tenente. O que prova que aquela campanha que se fez, em determinado momento, para deteriorar a imagem do Presidente Costa e Silva, como não sendo um homem inteligente, era injusta.

Mas, o Presidente Castello Branco caracterizou-se sobretudo porque, depois que ele saiu graduado como oficial do Exército brasileiro foi um artesão permanente, um infatigável estudioso. E foi isso o que mais tarde o colocou na liderança incontestada da sua arma.

Como Comandante da Escola de Estado Maior que foi, quando eu era major e seu comandado, impressionou-nos profundamente, quer pelo conhecimento profissional, quer

pelo uso que fazia de convocar os oficiais para uma reunião sistemática, em auditório da Escola de Comando do Estado Maior do Rio de Janeiro, para uma pregação cívica. Ele costumava bater numa tecla permanente: ou o oficial do Exército brasileiro era oficial, dedicando-se integralmente, como o Estatuto dos Militares determina — com tempo integral e dedicação exclusiva —, àquela atividade profissional e não fazia política, ou fazia política. Nessa oportunidade, ele considerava que o Exército deixava de ser o Exército e corria o risco de se transformar em milícia. Essa era a posição doutrinária permanente dele.

Legalista, admitia a legalidade como sendo absolutamente intocável, sem o que o Exército se politizaria. Esse ponto de vista dele, inclusive, está hoje reproduzido em um dos seus melhores biografos, que é o Foster Dulles Jr., no seu livro *The Making of a President*.

Fui, portanto, seu comandado. Tive a oportunidade de verificar o homem brilhante no campo da tática, trazendo naturalmente o conhecimento do que havia ocorrido na Itália, quando foi Oficial de Operações da Divisão do Exército Brasileiro. Nós, então, oficiais mais jovens, já tínhamos por ele um profundo respeito. Ele era mais que irônico; era satírico. Gostava de utilizar umas frases que muitas vezes criavam-lhe certas animosidades. Lembro-me, de uma feita, que, já bem mais tarde, no Comando Militar da Amazônia, vários Deputados, visitando a área — Deputados que pertenciam àquilo que agora se reproduz aqui como, parece-me, a Frente Parlamentar Nacionalista — chegaram ao Comando Militar da Amazônia com umas idéias que absolutamente não eram compatíveis com aquilo que pensava o Presidente Castello Branco, que conhecia profundamente a área. Lembro-me de que ele se referiu a um Deputado dizendo: “V. Ex., que é matriculado na Frente Parlamentar Nacionalista...” Isso gerou um incidente praticamente diplomático entre a representação da Câmara dos Deputados e o Comandante do Comando Militar da Amazônia.

Por outro lado, havia um governador do Amazonas muito folclórico, que figura nos Anais do nosso Congresso por uma frase que disse: “Aproveitando a ensanchar oportuna que V. Ex. me oferece...” Essa frase ficou famosa na Câmara. Na época em que o General Castello Branco dirigia uma manobra militar em Manaus, o referido Governador pediu a palavra para dissertar sobre a manobra e discordar completamente da decisão do Comando Militar da Amazônia, o que levou também o General Castello Branco, na ocasião, a referir-se a ele também de uma maneira satírica, dizendo: “V. Ex., que é um Marechal de terceira categoria — porque o reservista é de primeira, segunda e terceira categoria. Entendeu-se terceira categoria como decisivamente ofensiva. E era, embora o objetivo que ele quisesse explicar não o fosse: “Digo porque ele nunca prestou o serviço militar e agora é um Marechal. Então, é um Marechal. Então, é um Marechal de terceira categoria e está corrigindo aqui as nossas decisões”.

Mas era um homem profundamente leal, sincero. Carlos Lacerda, certa feita, fez uma ofensa brutal, quando disse que “Castello Branco era mais feio por dentro do que por fora”, o que, na verdade, se traduzia por um ato de ressentimento enorme que Carlos Lacerda passou a ter, a partir do momento em que o Presidente, por ele, ao nosso tempo de estudante da Escola do Estado-Maior do Exército, tinha um grande apreço e uma grande admiração.

O Sr. Marco Maciel — Senador Jarbas Passarinho, se esta for a oportunidade, gostaria de dar um aparte.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Qualquer aparte de V. Ex^a a mim é oportuno, em primeiro lugar. Segundo, utilizando-me daqueles jargões de todos nós aqui, o aparte de V. Ex^a enriquecerá o meu discurso.

O Sr. Marco Maciel — Senador Jarbas Passarinho, gostaria, em primeiro lugar, de registrar o discurso de V. Ex^a como uma peça que faz justiça e um dos mais brilhantes e talentosos Presidentes que a nossa República teve. Humberto de Alencar Castello Branco foi, sem dúvida, não somente um modelo de militar, mas — posso dizer também — um modelo de cidadão, e acho que ambas as coisas se confundem, mas ele pôde ter reconhecidas essas qualidades quando ascendeu à Presidência da República. A partir daí, todos os holofotes da História ficaram ligados na sua direção. É aí que podemos, de forma mais clara, perceber as suas inúmeras virtudes e qualidades. Eu, de alguma forma — se bem que não fosse, na ocasião em que ele era Presidente da República, Parlamentar —, pude conviver com ele, ainda que por breve tempo. Ainda quando General de Divisão e, posteriormente, General de Exército, ele teve a oportunidade de Comandar o IV Exército, hoje chamado Comando Militar do Nordeste, e com ele tive a oportunidade de conviver. Inclusive como líder estudantil, fui certa feita, convidado a discutir com ele um tema, ainda hoje extremamente agudo, que é o da reforma agrária. O Instituto Joaquim Nabuco, hoje Fundação Joaquim Nabuco, em cuja consolidação V. Ex^a muito ajudou, criado que foi pelo mestre Gilberto Freyre no início da década de 40, certa feita houve por bem promover um seminário sobre reforma agrária, naturalmente examinando de modo muito específico a questão agrária nordestina. E Gilberto Freyre, que era um homem, como ele sempre fazia questão de dizer, multidisciplinar e, como cientista social, achava que não se podia excluir, nos estudos sociológicos, nenhum ramo do saber, adotava também, como método de trabalho do Instituto Joaquim Nabuco, que sob as mais específicas questões fossem chamadas pessoas das mais diferentes formações intelectuais. Nesse simpósio sobre reforma agrária, ele chamou o então Comandante do IV Exército, o General Castello Branco. E eu também fui convidado, não como expositor mas como debatedor, na condição de líder estudantil, posto que, na ocasião, era Presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal de Pernambuco. Lá, pude verificar como o Presidente Castello Branco não somente era um homem culto, mas como tinha o que nós poderíamos chamar de um enorme tato político, pelas colocações que fez, pelo conhecimento que tinha da realidade brasileira, pela forma como se comportou. E fazia questão de dizer sempre, nas diferentes intervenções que teve a oportunidade de produzir, que, ao discutir certas questões, era fundamental que se acabasse um pouco com o preconceito que havia nas cidades brasileiras, inclusive com relação ao papel do militar. Isso, naturalmente, criou em torno dele um clima de muita simpatia no Recife. Por isso, não estou exagerando se disser que, quando ele foi escolhido Presidente da República, houve uma enorme receptividade em todo o Estado de Pernambuco. Todo mundo o admirava, tinha por ele muito apreço. As visitas que fez ao Estado, depois de ter deixado o IV Exército, eram sempre visitas muito anotadas na comunidade pernambucana. Posso dizer, assim, que ele deixou uma marca muito funda de sua passagem pela Região, não somente em Pernambuco mas em todo o Nordeste. Depois Presidente da República, não podemos deixar de destacar que ele foi, talvez até precursoramente — eu posso dizer —, ainda naquele ímpeto revolucio-

nário, um homem preocupado com o retorno, o mais rapidamente possível, à democracia, aquilo que no passado chamou-se de “quadros constitucionais vigentes”. Ele até talvez tinha pago politicamente pela pressa, quase o açoitamento que ele teve em fazer com que o País, o mais rapidamente possível, voltasse à égide do Estado de Direito, à plena fruição do chamado Estado democrático. Soube, por isso mesmo, como poucos, lutar para que isso tudo se realizasse. E, se eu não estou equivocado, V. Ex^a pode melhor falar sobre esse assunto do que eu — tentou que sua sucessão já ocorresse com um civil. Ele não somente queria fazer com que o País, rapidamente, retomasse o chamado Estado de Direito, como, se possível, os civis assumissem logo o predomínio das ações políticas, ascendendo, inclusive, um civil à Presidência da República. Não conseguiu esse objetivo, mas deixou plantadas muitas sementes nessa direção, inclusive a própria Constituição de 1967, que ainda hoje é uma Constituição considerada modelo e, durante muito tempo, se dizia, aqui e lá fora, que o ideal seria, quem sabe, se o Brasil voltasse à Constituição de 67. E, ali e acolá, vejo, em articulistas, em pensadores, em cientistas sociais, em jornalistas, o reconhecimento de que era uma boa Constituição e que muitos dos seus institutos ainda hoje guardam enorme atualidade. Além disso — não quero me alongar — gostaria de salientar que, além do Presidente Castello Branco ter uma notável percepção política, ele se revelou também um excelente administrador. Foi um grande modernizador das instituições brasileiras, criou institutos ainda hoje extremamente atuais, concebeu, formulou e executou um programa muito adequado ao País de nossos dias e, o que é muito importante, contribuiu muito para restaurar a imagem do País no exterior, com, inclusive, um programa correto do que hoje se chamaria “ajuste fiscal”. O que ele fez ali foi um primeiro ajuste fiscal tentando jugular a inflação, limitar o endividamento externo, pô-lo sob controle e, o que é notável, ele conseguiu fazer um combate à inflação muito ortodoxo, muito articulado, mas sem gerar uma recessão muito grande. Eu, ainda recentemente, conversando com o pessoal da imprensa sobre o problema de combate à inflação e execução de políticas sociais compensatórias, chamava atenção para o fato de que o Presidente Castello Branco conseguiu fazer essas duas coisas: combateu a inflação, mas, de alguma forma, evitou que o desemprego aberto, sobretudo nos Estados de baixa renda, fosse elevado, com a criação do BNH, ou seja, o programa habitacional e os programas de saneamentos, que são altamente empregadores de mão-de-obra, e mão-de-obra não qualificada; com o ênfase que se deu à agricultura, ou seja, permitindo fazer com que não somente se mantivessem parcelas importantes da população no campo em atividade produtiva, evitando as migrações e o crescimento dos problemas nas cidades que não estão preparadas para receber, de uma hora para outra, tanta gente. Então, o estímulo à agricultura, outra atividade que minimizou os efeitos do combate à inflação, mas não menos importante, o apoio que deu aquilo que chamaríamos hoje de preservação de pólos metal-mecânicos, nucleados, por exemplo, na indústria automobilística. Então, houve o lançamento daquele carro teimoso, o “pé-de-boi” — não sei se V. Ex^a se recorda —, que era popular, que tinha financiamento oficial, que manteve o emprego na indústria automobilística, indústria essa que sofre muito aquilo que os economistas chamam de “efeitos para trás” e “efeitos para frente”, porque ela tem uma enorme capacidade agregadora. Com isso, manteve-se um nível de emprego razoavelmente elevado, para uma política ortodoxa,

até rígida de combate à inflação, e se minimizou, por esse caminho, o reflexo mais dramático do combate à inflação, que é a recessão e o desemprego, sobretudo quando atinge aquelas pessoas que estão no nível de subsistência. Então, o trabalho do Presidente Castello Branco se fez merecedor do reconhecimento de toda a comunidade brasileira. E, cada dia que passa, noto que o reconhecimento de sua obra é maior, sobretudo se o situarmos adequadamente no instante histórico em que ele viveu, porque, sempre para avaliarmos a conduta de alguém, é fundamental que consigamos vê-lo inserido no instante em que os fatos ocorreram.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Na moldura do seu tempo.

O Sr. Marco Maciel — A expressão é muito boa, na moldura do seu tempo. Sem essa moldura é muito difícil julgar o Presidente, o Parlamentar, o Comandante, o Chefe Militar, o Escritor, enfim, todos, quem quer que seja. É muito difícil. Se olharmos, como V. Ex^a disse, se tentarmos situá-lo na moldura do seu tempo, vamos verificar que o seu trabalho foi realmente excepcional, nos mais diferentes campos, não somente enquanto político, mas como administrador; não somente enquanto pensador, mas também como alguém que conhecia, como poucos, a realidade brasileira; enfim, foi, realmente, um homem extraordinário. E lamentamos muito, ainda hoje, que ele tenha morrido tão cedo, quando a sua presença tanto podia ajudar ainda o desenvolvimento de todo um processo político que estava em curso em nosso País. Sei que com o seu desaparecimento o seu exemplo ficou, mais muito mais importante, às vezes, do que o exemplo que ele deixou, inclusive de austeridade, de correção de conduta etc., sei que tão ou mais importante do que o exemplo que ele deixou seria certamente a sua presença a aconselhar, a orientar os caminhos que deveríamos perseguir. Por isso eu diria que quando se tomou conhecimento da sua morte, pelo menos em Pernambuco — nessa ocasião eu já estava assumindo a cadeira de Deputado Estadual — houve um contristamento generalizado. Foi algo espontâneo, não foi induzido, porque ele deixara em Pernambuco e, creio, em todo o País — estou dando a minha visão de pernambucano, porque nessa ocasião estava circunscrito ao território do meu Estado — um sentimento muito grande de tristeza com o seu desaparecimento. Não porque havia morrido um cidadão, um ex-chefe de Estado, mas alguém que fazia falta, cuja ausência, naquele momento, faria falta ao País. Ainda hoje sentimos, de alguma forma, essa lacuna, esse vácuo que o seu desaparecimento provocou. Por isso, quero cumprimentá-lo, como disse no início das minhas palavras, pela oportunidade desse discurso, por ter feito aqui, neste momento, uma referência na data em que transcorre mais um ano, o vigésimo-quinto ano da sua morte, e não poderíamos deixar de reverenciá-lo até como forma de, quem sabe, reverenciando-o refletir um pouco sobre o futuro. Ao lembrarmos a sua figura, quem sabe, talvez possamos extrair dali alguns ensinamentos que possam ser úteis ao esclarecimento de questões dos nossos dias. Muito obrigado.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Sou muito grato a V. Ex^a, nobre Líder Marco Maciel, pelo aparte que me deu.

Eu fazia, ainda há pouco, um chiste a respeito de um jargão nosso, de sempre que recebemos um aparte dizer que ele enriquece o nosso discurso.

No caso de V. Ex^a, não apenas enriqueceu, como praticamente eu poderia terminar o meu discurso dizendo assim:

era o que eu gostaria de dizer, mas já o disse por mim o Sr. Senador Marco Maciel no momento em que me aparteu e trouxe o seu testemunho de jovem estudante que antes de 1964 presidia o Diretório Central de Estudantes de Pernambuco.

Eu dizia aqui, pouco antes de V. Ex^a nos dar a honra de estar presente, que o comando que o Presidente Castello Branco exerceu no IV Exército de então deu-lhe uma oportunidade extraordinária de refletir sobre a sensibilidade social.

Como sei eu disso? Sei porque tive oportunidade de ler cartas que ele trocava com um tenente-coronel, que depois passou a ser seu assistente quando Castello Branco veio a ser Presidente da República.

E ele mostrava nessas cartas, acredito que posso revelar agora, uma linguagem que pessoas daquela época, voltadas para a direita, naturalmente acabariam acusando-o até de ser comunista. Ele chamava a atenção sobre o egoísmo brutal daquele capitalismo que se realizava no Nordeste brasileiro, sobre como o empresariado brasileiro funcionava no Nordeste. E ele achava, exatamente, que ali estava *punctum* dos lents da política brasileira.

Tanto que bem mais tarde — e eu estou fazendo a violência da minha cronologia, ora eu falo ainda como cadete, depois eu falo como Governador que fui, no tempo dele, como Presidente — eu levei-lhe uma espécie de queixa, como Governador do Estado do Pará, de não termos, no Pará e no Norte, o mesmo tipo de atendimento que ele estava mandando os seus Ministros darem ao Nordeste. Ele me disse: “você foi um dos meus bons alunos”. Aliás, ele me deu grau 9, porque não dava 10: num ato de comando. “Você foi um dos meus bons alunos e você aprendeu exatamente a diferença que existe entre o esforço principal e o esforço secundário. O esforço principal da minha estratégia nacional política é o Nordeste, não é o Norte. No Nordeste é que eu tenho o problema mais grave no momento. E eu me convenci e a dificuldade foi ter que explicar isso para os paraenses. Mas, de qualquer maneira, é essa a posição.

Essa colocação que faz o nobre Senador Marco Maciel, o jovem estudante que já revelava um talento invulgar para a sua geração — e ainda há pouco ele dizia que estava confinado ao Estado de Pernambuco no momento, como Deputado Estadual, mas é que Pernambuco era tão egoísta que não deixava que o resto do Brasil se beneficiasse da inteligência dele.

Essa posição do Presidente em relação ao IV Exército mostra a sua extraordinária sensibilidade social. Ele não defendia, em nenhum momento, o chamado capitalismo selvagem, termo que, aliás, se utiliza aqui de uma maneira muito equivocada. Capitalismo selvagem era o capitalismo antes, evidentemente, das conquistas do neocapitalismo; era o capitalismo que não tinha jornada de trabalho de 8 horas. Lembrem-se os meus ilustres colegas que o Dia do Trabalho no mundo é 1º de maio, menos nos Estados Unidos da América do Norte. Por quê? Porque justamente em Chicago, nessa data, houve uma chacina de lideranças sindicais que disputavam com os patrões americanos daquela época a necessidade de ter uma jornada de apenas 8 horas por dia. Tanto que os Estados Unidos comemoram o Dia do Trabalho — parece-me — no mês de setembro, e não no dia 1º de maio.

O Presidente Castello Branco era um homem extremamente sensível a isso; era estudioso, como eu disse ainda há pouco, era um artesão da sua atividade profissional, mas

também era extracurricular. Ele estudava as coisas fora do currículo militar e tinha uma predileção pela literatura.

Dizem — eu não sei se seria irreverente — que quando ele chegou à Presidência da República, e o nosso ilustre colega, ex-Senador, agora Deputado Roberto Campos, ia despachar com ele e sentia que o despacho, naquele momento, não era muito oportuno, que o Presidente não estaria com disposição para ouvi-lo bem, que Roberto Campos começava recitando a Oração a Nossa Senhora em grego; então, Castello se embevecia e ficava pronto para concordar com o seu Ministro do Planejamento. Não sei se isso é folclore, se é verdade, ou não. O fato é que esse homem tinha, na sua formação militar — e nós vamos ver adiante, e vou conjugar o mesmo verbo do Senador Marco Maciel, no momento em que falo na capacidade do estadista —, ele não foi apenas um General, ele não foi apenas o grande tático da Força Expedicionária Brasileira; ele iria se revelar o grande estadista, pois que não ficou limitado ao currículo militar. Ele estudava as matérias que a sua consciência chamava por estímulo da curiosidade em relação aos grandes problemas sociais do Brasil.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Com muito prazer.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Exª sabe que em 1964 eu era o Vice-Líder político do PTB. Veio o Movimento e o nosso Presidente deixou o País. Eu, aqui em Brasília, fui levar-lhe o meu abraço no aeroporto, e continuei na oposição. O Presidente Humberto de Alencar Castello Branco pertence a uma tradicional e muito importante família piauiense, com ramificações em vários Estados — em Minas Gerais, no Ceará, e em outros. Um dos últimos titulares do Império, o Barão de Castello Branco, era portanto da família do Presidente. Muitos afirmam que S. Exª nasceu no Piauí e foi registrado no Ceará, a pedido da senhora sua mãe, que era uma distintíssima senhora pertencente à ilustre família Alencar. Apensar disso, nunca tive oportunidade de procurar o nosso Presidente; nunca visitei S. Exª. Quando o Líder do PTB, o Deputado de saudosa memória, Doutel de Andrade, teve de viajar a Santa Catarina, eu fiquei respondendo pela liderança trabalhista oposicionista. Registro que S. Exª não cassou o meu mandato nem suspendeu os meus direitos políticos — e eu era o Vice-Líder da Oposição, eleito pelos meus Pares. De modo que quero, nesta oportunidade, render as minhas homenagens à cultura, ao espírito brilhante desse grande brasileiro que foi Humberto de Alencar Castello Branco. Quando S. Exª remeteu o projeto de Constituição, eu estava na Câmara e fui designado para integrar a grande comissão. Na época, houve crítica: “como um Congresso ordinário iria votar uma Constituição?” Entretanto, é preciso ter uma visão da história. Quando, nas guerras, os adversários derrotados passaram a ser escravos, houve um grande progresso, porque antes eles eram assassinados. Eu quero registrar, neste momento, o passo positivo, o avanço que nós devemos a esse ilustre homem público quando ele teve a idéia de que o chamado ciclo revolucionário precisava ter fim e o País tinha necessidade de retomar os trilhos da legalidade. Então ele enviou o projeto para que nós tivéssemos uma Carta Constitucional, fazendo eu aqui a distinção que alguns constitucionistas admitem entre Constituição e Carta Constitucional. Passamos a ter, pelo menos, uma Carta Constitucional, onde, no nosso País, nenhuma lei ordinária pode sobrepor-se à Lei Maior. Essa preocupação de S. Exª, altamente louvável, foi um grande passo no rumo do pleno Estado

Democrático de Direito. Nesta hora, lamento a perda e a um homem equilibrado. Apesar disso, tivemos 68, o AI-5, a Carta foi inteiramente superada e até o Vice-Presidente da República foi impedido de assumir a Presidência. São os fatos. Se V. Exª me permite, por esses e outros motivos é que, embora respeitando e levando em conta as circunstâncias históricas, nunca apoiarei e jamais apoiarei nem golpes, nem revoluções. Verificamos, pela história da Revolução Francesa e a da Revolução Russa, que as revoluções, os golpes, têm um desdobramento lamentável, em que alguns passam a destruir os próprios companheiros. Aproveito esta oportunidade para expressar a minha homenagem à cultura e ao espírito público do Presidente Castello Branco; ele foi um homem honrado, um homem culto, e se ele cometeu os seus erros — todos nós os cometemos —, foi um homem — que mereceu um grande respeito, e o seu maior feito foi ter concorrido para apressar o retorno do País à legalidade. Receba, portanto, a solidariedade deste apartante que também muito admira o espírito público e a inteligência de V. Exª.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Recebo com muito orgulho e com particular alegria as afirmativas de V. Exª, porque é o testemunho de um homem de oposição àquele que chegou a um poder que era arbitrário. Lembro-me das vezes em que o Presidente Costa e Silva nos dizia: “Jamais quero ter de novo este poder na mão”. Foram dezenove dias, se não me engano, em que o comando revolucionário comandou o País sem nenhuma lei. E ele se voltava para o Ministro Rademakes e para o brigadeiro, que era conhecido vulgarmente como “Melo maluco”, e lembrava que tinham sido donos do País, donos da vida dos outros durante dezenove dias. O Presidente Costa e Silva dizia o quanto isso lhe criava profundas preocupações, justamente pelo perigo do arbítrio.

Quando V. Exª fala sobre o General Castello Branco e dessa pendência entre o Ceará e o Piauí, é evidente que o Piauí aumenta a sua fronteira, o Ceará pode aumentar a sua, de maneira a dizer onde é que ele nasceu. O fato é que, no registro militar, ele figura como cearense. Ele tinha muito orgulho de ser Alencar e de ser seu descendente; o orgulho até corajoso, porque José de Alencar, por seu turno, era filho de padre. Certa vez, José de Alencar, fazia um discurso muito contundente no Senado, quando Cotegipe, que não perdia oportunidade de fazer uma maldade, voltou-se para um colega de bancada e disse: “só porque o pai tem coroa, ele pensa que é filho de rei”. Naquele tempo, os padres usavam aquela tonsura — essa era a expressão. Ele tinha muito orgulho de ser descendente de José de Alencar.

Louvo em V. Exª, nobre Senador Chagas Rodrigues — e me permita que lhe diga que o faço com admiração; no momento — essa lembrança que acaba de fazer das civilizações que foram benéficas ao mundo, mas partiram da escravidão dos seus guerreiros vencidos, daqueles que eles aprisionavam.

Segundo Engels, que fez um belo trabalho sobre isso, antes era preciso matar, porque o prisioneiro que viesse para a terra do conquistador seria apenas um peso morto, pois não era capaz de produzir acima daquilo que consumia. De início, a solução era livrar-se dos prisioneiros. Depois, não. Como ele produzia mais do que consumia, era vantagem tê-lo. Daí a civilização egípcia, a civilização greco-romana, que Engels tanto admira. Poucos marxistas como os quais conversei conhecem essa passagem. Vejo que V. Exª, um homem de formação realmente multifacetada, nos traz essa alegria.

Quanto ao golpe, poderemos discutir depois, porque eu participei do Movimento de 64 com receio do golpe do partido

de V. Ex^a, não do partido, mas do Presidente João Goulart. Naturalmente, nós nos encontraríamos na mesma trincheira, no mesmo lado, embora em posições partidárias diferentes.

O Sr. Elcio Álvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço com muito orgulho o nobre Senador Elcio Álvares.

O Sr. Elcio Álvares — Há um toque, até certo ponto comovente, no discurso que V. Ex^a está realizando. A vida dos homens é, às vezes, muito carente de uma lembrança que represente, acima de tudo, um preito de homenagem àqueles que já se foram e que às vezes até, na própria evolução histórica dos fatos, têm as suas imagens distorcidas. Quando a pessoa está vivendo, é contemporânea, o discurso salta muito mais fácil, porque homenagear aqueles que estão presentes ou que eventualmente são detentores ou podem ser detentores do poder, não constitui mérito nenhum. O grande mérito está exatamente na homenagem que reverencia um homem já perdido no tempo — são vinte e cinco anos da morte de Humberto de Alencar Castello Branco — representa acima de tudo, eu diria, o testemunho ocular vivo da participação de um dos Presidentes do Regime Militar na vida deste País. A sua oratória, Senador Jarbas Passarinho, sempre é descontraída e brilhante. Talvez — quem sabe? — no seu discurso de hoje, os biógrafos sinceros de Humberto de Alencar Castello Branco possam buscar alguns aspectos ligados ao homem pelo que ele é, e não apenas de grande estadista que teve participação na nossa vida. Qualquer registro que se faça em biografias, bonito é buscar o lado humano do cidadão, mostrar o seu retrato de corpo inteiro, o prazer intelectual, a leitura, os gestos que gratificam, até certo ponto, como falou V. Ex^a; o lado satírico, o lado irônico; isso é que formoséia o pensamento humano. Hoje, o discurso de V. Ex^a dá até ensejo a uma viagem de retorno a um tempo que já se foi. Ouvi o nobre Líder Marco Maciel falar dos seus idos de estudante e, de repente, surpreendo-me também recordando meus tempos de Presidente da União Estadual de Estudantes — eu ainda não estava na política, mas já tinha os meus momentos de encanto na política estudantil —, quando irrompeu o Movimento de 1964. Nessa época, eu participava dos congressos da UNE, com a participação de Carlos Lacerda, com todo aquele bulício político que levava o Brasil realmente a um verdadeiro delírio, pelo encantamento da oratória das grandes inteligências que fulguraram naquele período antes da Revolução. Era o meu prazer ouvir, às vezes embevecido, aqueles que seriam os grandes líderes nacionais. Quando a Revolução surgiu, confesso que, na minha visão de estudante, até certo ponto radical, achei que tudo tinha acabado. O estudante estava inteiramente marginalizado. Houve, logo em seguida, um movimento muito forte contra a UNE — eu participava da União Estadual de Estudantes. Tive aquilo como uma o pelo Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Aí surge, talvez, o grande fenômeno dessa mutação da vida humana. Comecei a compreender os primeiros gestos do Marechal, esse homem de formação nitidamente militar, até então desconhecido para nós, civis e estudantes. O grande renome, evidentemente, do Marechal Castello Branco estava dentro dos meios militares, onde a sua indicação para a Presidência foi praticamente consensual, pelo respeito que os militares devotavam ao grande líder e comandante. Comecei a perceber, menino ainda, que realmente alguma coisa estava mudando no meu sentido de vida política. E, por um impulso, sobre o qual até certo ponto me indago no tempo, ingressei na

ARENA, que era exatamente o partido daqueles militares. Eu, que era estudante, tinha combatido, estava na UNE, de repente vejo-me participando da formação dos primeiros diretórios, assinando uma ficha da ARENA. Eu ainda não era político, mas tão-somente político estudantil. Disputei sob a legenda da ARENA a primeira eleição, achando muito interessante como, de repente, saímos de uma trincheira e entramos em outra e começamos a compreender um movimento dentro desse enfoque. Na minha formação política inicialmente, houve um peso muito grande dos gestos do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. Nunca o conheci pessoalmente; mas via nele um homem altamente dedicado à probidade; em todos os seus gestos, havia o cuidado de marcar a sua passagem pela honradez; até os seus gestos pessoais e familiares eram todos marcados por um sentido de culto aos valores fundamentais da família. Comecei como Deputado, nos idos de 1966 e, como candidato a Deputado Federal, já tinha uma visão bem mais direta do sistema revolucionário. O discurso que V. Ex^a faz hoje não deixa de ser uma louvação muito inteligente à pessoa do Presidente que iniciou o ciclo militar. Logicamente, o seu discurso comporta algumas colocações. Porque o Regime Militar, faço questão de dizer — só o tempo vai permitir um exame mais correto — teve altos e baixos; existiram grandes personalidades e figuras pífias; mas só o tempo nos dará esse retrato imenso. O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco iniciou realmente — eu diria — um ciclo que precisa ser examinado mais tarde pela História, sem paixões e ressentimentos, porque muita coisa importante foi feita neste Brasil em virtude do influxo desses militares que assumiram o comando do governo. Coloco aqui o que estou sentindo, sem qualquer receio de ouvir amanhã críticas sobre o meu pensamento democrático. Sempre confessei publicamente: fui um dos governadores do Regime Militar. Quando cheguei ao Governo, tinha 39 anos — era praticamente um menino cheio de entusiasmo. Meu Estado, o Espírito Santo, era o último Estado da Federação. Sem qualquer demérito ao Senador Chagas Rodrigues, estávamos atrás do Piauí em tudo: em arrecadação etc. repito, o Espírito Santo era o último Estado da Federação. E hoje tenho obrigação, como Senador da República, de proclamar um fato que é inescandível: o Espírito Santo é hoje um dos Estados mais fortalecidos da Federação graças ao sistema militar e a todos os seus Presidentes, começando pelo Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, que previu exatamente o grande desenvolvimento econômico do meu Estado. Há, então, esse lado positivo. Lamento não ter para dar, no meu discurso, uma contribuição de ordem pessoal, como V. Ex^a o tem, porque a minha admiração não está em razão dos meus conhecimentos pessoais, mas dos fatos do meu tempo que coligi na memória, na minha evolução política. V. Ex^a é o orador apropriado para fazer esse discurso. E por quê? Porque V. Ex^a também foi um dos homens que participaram do regime militar — sempre alardeio isso — e é talvez um dos políticos mais cultos do nosso tempo, com uma oratória admirável. V. Ex^a tem um condão extraordinário.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Obrigado.

O Sr. Elcio Álvares — Em qualquer assunto que aborde, por mais árido e insípido que seja, V. Ex^a consegue colocar a sua esteira imensa de valores culturais, que considero muito importante, juntamente com a sua formação humanística. V. Ex^a faz hoje o discurso que o primeiro Presidente do sistema revolucionário merecia: um discurso que coloca os homens

como pessoas humanas e não como elementos que terão participado da História apenas como os "Presidentes do Regime Militar". Tive oportunidade de dizer que convivi, de perto, com um desses Presidentes: o General Ernesto Geisel. Quando vejo algumas críticas à figura desse Presidente inteiramente olímpico no pedestal, recordo-me das primeiras palavras que ele me dirigiu quando assumi o Governo do Estado do Espírito Santo. Ele chamou-me e disse: "Governador, não permito, de maneira nenhuma, qualquer transgressão ao direito da pessoa humana. Tem de haver respeito ao homem e ao cidadão. Tive alguns episódios graves no Espírito Santo, quando, inclusive, algumas autoridades despreparadas tentaram, em nome da Revolução, praticar atos, como a tortura, por exemplo, que não eram compatíveis com a minha formação democrática de estudante que ingressava no regime militar. "Isso me marcou muito. O Presidente Ernesto Geisel também foi uma figura extraordinária no sistema militar, com sua visão, — profundamente religiosa, luterano que era, não permitindo, de forma alguma, que a criatura humana não tivesse o respeito não só moral, mas também físico. Humberto de Alencar Castello Branco foi o primeiro de um ciclo. E hoje V. Exª realiza esse discurso que registra os 25 anos de sua morte. Somente V. Exª, torno a dizer, sem nenhum demérito aos meus Colegas desta Casa, teria grande autoridade para situá-lo com justeza dentro dessa moldura imensa da História. V. Exª viveu dentro das lides militares, assim como dentro das lides políticas. Seu discurso de hoje representa não um registro formal, mas, conforme falei há pouco, a crônica descontraída da vida de um homem que precisa ser melhor explicada na História do Brasil. Lamento que paixões políticas ainda tão acesas, algumas até respeitáveis, permitam que, nesse imenso caleidoscópio da História, a imagem de Castello Branco padeça, de vez em quando, de alguma perturbação de ótica, em razão exatamente desses sentimentos que são tão naturais no homem. Receba, portanto, Senador Jarbas Passarinho, os meus cumprimentos e, além de tudo, a confissão do prazer imenso de ouvi-lo na manhã de hoje, com o brilhantismo de sempre. V. Exª encanta a todos quando fala principalmente num tema que sei que lhe agrada ao intelecto e ao coração. V. Exª está falando de uma pessoa que, dentro de seu sentimento de homem público notável, deve ter um patamar privilegiado. Assim sendo, quero cumprimentá-lo e também dizer hoje, com a autoridade de um Senador do Espírito Santo, que o meu Estado deveu muito ao regime militar, principalmente ao regime militar que foi iniciado por Humberto Alencar Castello Branco e que tinha, acima de tudo, a visão permanente do retorno ao regime democrático. Se desvios houve, não competiu evidentemente, ao seu saber, a sua postura de estadista, foi decorrência natural dos acontecimentos. Portanto, neste momento, associo-me a esta homenagem, que é a de todos os homens de bem do Brasil que realmente têm amor a nossa terra, que cultivam o patriotismo. Folgo muito em saber que competiu a V. Exª, com o seu posicionamento sempre íntegro na análise dos fatos, o papel de ser porta-voz, na manhã de hoje, do registro da vida de um homem notável, que se chamou Humberto de Alencar Castello Branco.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito grato, Senador Elcio Alvares.

Eu gostaria de fazer alguns comentários, depois de ouvi-lo com tanta satisfação e tanto gozo estético como sempre ocorre quando V. Exª fala. Por isso gosto tanto da tribuna parlamentar. Tive meus momentos de tribuna de miteingueiro — Clube da Aeronáutica, Clube Militar —, mas nesta Casa,

vim a admirar a tribuna parlamentar, porque aqui as paixões, que não devem ser condenadas, já chegam na nossa idade, na média etária que senta aqui nestas cadeiras, um pouco arrefecidas e proporcionam uma análise mais justa daquilo que outrora se considerava absolutamente reprovável.

V. Exª falou numa expressão muito bonita, a do caleidoscópio de personalidades brasileiras, em que se deveria inserir a de Castello Branco que, volta e meia, é um pouco empanado.

Instantaneamente, isso me fez lembrar de Chanford, pouco antes de caminhar para a guilhotina, nessa revolução francesa que, como o Senador Chagas Rodrigues acabou de mostrar, levou ao seu oposto. Ele disse: "De duas coisas aos homens não escaparão jamais: das rugas do tempo quando envelhecem, e das injúrias dos seus semelhantes, sempre".

Então, devemos participar desse conceito, convencidos de que não podemos ter unanimidade.

V. Exª, ao falar sobre a probidade do homem percebeu bem que o meu desejo era de falar sobre a figura humana de Humberto de Alencar Castello Branco e não apenas sobre aquele que, por esta ou por aquela razão, violou o seu princípio de legalismo e participou de uma revolução.

V. Exª falou na indiscutível probidade daquele homem. Um historiador disse que o Brasil já começou mal com o seu 2º Governador-Geral, porque tinha um parente, que lhe criava grandes problemas. O próprio Presidente Castello Branco teve um irmão.

Fui procurado, ainda no Pará, por esse irmão, chocado com a atitude do Presidente Castello Branco. Até hoje não sei, pelo respeito que tenho ao Presidente, se deveria dizer não saber se o gesto dele foi correto ou não. Mas todos sabemos do episódio, quando esse irmão do Presidente Castello Branco, que era da área da Fazenda, permitiu-se receber o presente de um automóvel. Foi imediatamente demitido e devolvido o automóvel.

De maneira que eu não chegaria a essa confusão tão malévola de que, para escolher um Presidente da República, devemos chamar, primeiro, um homem que não tenha irmãos, não tenha parentes, para poder ficar livre de fatos supervenientes.

Ainda com relação à figura pessoal do Presidente Castello Branco, nós, oficiais, dizíamos que ele era teimoso.

Um dia, alguém teve a coragem de dizer para ele: "Coronel, o senhor teima demais". Ao que ele respondeu: "Teimoso é quem teima comigo".

Antes de prosseguir, gostaria de chegar ao episódio da espada de ouro, que mereceu um dos mais belos poemas de Manuel Bandeira em relação ao General Lott. Daí o "deserto" do Presidente Castello Branco, um general daquela qualidade, para receber um comando menor, foi proposital.

O General Lott é outra figura que também tinha seus prós e contras, não há dúvida nenhuma. É um erro enorme de qualquer romancista querer fazer um maniqueísmo: seu personagem deve ser todo bom ou todo mal. Não existe isso. Lembremo-nos do conto de Machado de Assis sobre a igreja do diabo: os homens, quando estão vestidos de seda, têm franjas de algodão; quando estão vestidos de algodão, têm franja de seda. É preciso não caracterizar esse tipo de maniqueísmo, que é completamente errôneo.

O Sr. Amir Lando — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JARBAS PASSARINHO — Ouço o nobre Senador Amir Lando, que me deu a honra de deixar a Presidência da Casa, para participar desta tertúlia nossa da sexta-feira.

O Sr. Amir Lando — Nobre Senador Jarbas Passarinho, V. Ex^a presta uma homenagem merecida àquele que foi Humberto de Alencar Castello Branco. Também fui colhido pela Revolução no ardor da juventude. Não tenho qualquer arrependimento disso, porque a juventude, sobretudo, é um momento importante na vida de qualquer cidadão. É um momento em que o homem sente o *mundus* pulsar dentro do peito e pensa que tem a história na mão. Lembro-me de um poema de Guarini, ainda em 1500, na Itália, que dizia: "La primavera gioventu dell'anno". E "a primavera sendo a juventude do ano, a juventude é a primavera da vida". É exatamente nesse ponto de uma vivência estudantil que não recebi a Revolução pacificamente. Lutei até a última hora, no momento das "Diretas", pelo restabelecimento da ordem democrática plena. No início da Revolução ingressei no IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária —, onde o breviário de cada dia era o Estatuto da Terra. Li, reli, debrucei-me sobre a interpretação, sobre a motivação política, e uma das peças que mais me impressionou sobre reforma agrária foi exatamente a exposição de motivos que encaminhou o projeto de lei ao Congresso Nacional. Trata-se de um documento que mostra a pureza de propósitos, a visão realista do Brasil rural. Até hoje, nobre Senador eu a tenho citada e repetido da tribuna do Senado, porque é atualíssima aquela exposição de motivos pelos conceitos ali expedidos. Em razão disso, passei a rever inclusive a figura do Presidente Castello Branco. Um homem, na sua dimensão histórica, deve ser julgado por seus feitos e, sobretudo, como homem público, pela sua dimensão política e social. A obra social de Castello Branco, não só no Estatuto da Terra, mas no sistema previdenciário — e poderíamos pensar em tantas outras inovações por ele introduzidas —, merece, no mínimo, um respeito, porque o caráter ilibado de S. Ex^a mostrou que os valores éticos e morais a serviço do bem público podem ser eficientes e o foram à saciedade. Era um homem, sobretudo, incorruptível. Não se tem notícia de um deslize na conduta dos negócios públicos e, sobretudo, com o poder discricionário que detinha, seria muito fácil praticar irregularidades. Mas este é o ponto alto de Castello Branco: além do seu reconhecimento como homem de grandes recursos intelectuais, mas é, sobretudo, no campo da ética que ele continua a ser um exemplo que merece ser seguido. É neste ponto que eu gostaria de deixar gravado nos Anais desta Casa: o meu reconhecimento a um homem que realmente fazia da política uma ação virtuosa voltada para o bem comum — e nisso Castello Branco é irrepreensível. Por isso, creio que esta homenagem que V. Ex^a está prestando é justíssima, porque a memória dos homens públicos precisa ser reverenciada, ao menos para abalizar padrões e limites a serem respeitados.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito grato, Senador Amir Lando pelo testemunho de V. Ex^a e pelo julgamento. Especialmente porque, um pouco antes, a colocação do Senador Elcio Álvares também foi semelhante. Estudante, como V. Ex^a, também não via com bons olhos o Movimento Militar de 64. Movimento Militar, não! Movimento Cívico-Militar, porque foram para as ruas as mulheres, e a Igreja Católica, em sua grande maioria, aliás, participou daquele Movimento.

V. Ex^a citou um verso de um poeta italiano. E eu, agora, olhando os dois, Senador Elcio Álvares e V. Ex^a, recordo-me da maldade de um escritor idoso que escreveu sobre a juventude esta frase: "A juventude é um mal que passa com o tempo". (Risos)

Então, o que verifico aqui é que os dois jovens de 64, no tempo de hoje, já mostraram claramente que aquele julgamento preliminar foi um julgamento temerário. No mínimo temerário!

Quando Castello Branco fundou a Arena — fez questão de fundar a Arena e o MDB — foi buscar pessoas confiáveis. Tive, por exemplo, o testemunho do então Deputado Athié Curi que disse: "Eu não tinha nada que ir para o MDB. Fui a pedido do General Castello Branco; o Presidente me pediu para eu ir para lá, chamou um General que já estava na reserva e pediu que presidisse o MDB". Por quê? Porque desejava exatamente institucionalizar a Revolução do ponto de vista democrático-partidário. Ele queria os dois partidos, Ele acreditava no bipartidarismo.

E a própria Arena, como surgiu, que nome, por que veio? Aliança Renovadora Nacional. O que ele queria era uma aliança daquela grande massa de opinião pública favorável ao Movimento de 64. Que fosse aliança; renovadora e não imobilista, e nacional para fugir das caracterizações peculiares aos Estados.

Essa é uma posição interessante de reconhecer, como eu já tive oportunidade de, em conversa com o Senador Amir Lando, salientar quanto me impressionou o Estatuto da Terra. Se tivéssemos nós tido sequência, na República, hoje teríamos uma face fundiária do Brasil completamente diferente. Não teríamos provavelmente os problemas que temos hoje, gravíssimos, principalmente no meu Estado, inclusive, se tivéssemos adotado os princípios do Estatuto da Terra, porque ele levaria, inevitavelmente, ao desmembramento dos grandes latifúndios improdutivos, pela taxa progressiva de impostos e obrigaria a uma corrida para a produtividade, para fugir, exatamente, da perda da propriedade rural.

Então, esse foi o homem que trouxe, como disse, do Nordeste e que marcou tanto a sensibilidade do problema social, e um homem que se revelou um político. Subitamente, aquele homem que foi a vida inteira um militar, que, como eu disse, fazia pregação na Escola do Estado Maior contra o militar que fazia parte de política chega à Presidência da República — e eu, aqui, ainda recolhi esse testemunho, quando cheguei ao meu primeiro mandato. Ele telefonava para Deputado: — "Deputado, quem está falando, aqui, é o Presidente Castello Branco e eu gostaria..." e era interrompido, ao mesmo tempo, porque o Deputado pensava que era um trote. E, às vezes, era mais do que irreverente, era grosseiro. O Deputado dizia: "Ó, "Tamanco" — era o apelido que gostavam de dar para ele, devido a sua fisionomia — "Você pensa que eu estou aqui para receber esse tipo de trote?" Depois, ficava sabendo a verdade, porque o Ajudante de Ordem telefonava. E dizia: — "Deputado, ainda há pouco, o Presidente falava-lhe; o número do nosso telefone é tal, no Palácio do Planalto, e o Presidente dirigiu-se a V. Ex^a e parece que não foi compreendido".

Agora, imaginem o constrangimento do Deputado, em seguida, para ligar para o Presidente da República: "Quero falar com o Presidente Castello". Que ele ligava — Deputados paraenses me contaram, eu governava o Estado do Pará — para cada um nas comissões que tinham Relatores, ligava para o Relator, fazia um apelo... Ele procurava convencê-lo — e ele tinha uma capacidade de persuasão muito grande — mas não procurava violentar.

De modo que essa passagem da figura do Presidente, como disse o meu querido Senador Elcio Álvares, eu procuro trazer mais os episódios humanos do que propriamente fixar,

aqui, uma biografia do tipo relatório; esses episódios devem ficar marcando a posição de um homem que, também, teve e sofreu as suas injustiças.

Lembro-me dele chamando-me aqui — eu tinha sido muito bem-sucedido no Governo do Estado do Pará e até, modestamente, devo dizer que qualquer coisa que eu fizesse no Pará aparecia, porque, desgrazadamente, o Pará, realmente, tinha sofrido dois efeitos desastrosos: um meteorológico e outro político; uma seca seguida de uma enchente brutal e um governador que, depois do Movimento de 64, vitorioso, voltou-se para cá, para o Rio de Janeiro ou para Brasília, tentando ficar num lugar e, lá, só sossegou em junho de 1964, quando fui Governador.

Então, o Estado estava à matroca. De maneira que eu não estou incidindo naquela velha brincadeira que eu faço, dizendo que no Brasil só não se queixou do seu antecessor o Thomé de Souza porque todos, realmente, disseram: “Essa é a herança que recebi ...”, e começa por aí.

Mas ele me chamou aqui. Estava, exatamente, ainda naquela fase em que Carlos Lacerda pretendia, em nome da chamada “linha dura”, fazer a chamada “revolução dentro da revolução”. Estava em Bangu, no Rio de Janeiro, esperando que a Vila Militar se revoltasse, e o Presidente chamou a mim, do Norte, e a Ney Braga, do Paraná, onde ambos tínhamos tido grande êxito eleitoral na nossa sucessão. Os nossos candidatos tinham sido eleitos com grande margem e, ao mesmo tempo, tinham sido eleitos contra o processo revolucionário: no Rio de Janeiro, Negrão de Lima; em Minas Gerais, Israel Pinheiro.

Isto, então, foi a demonstração que Castelo fez: chamar-me para ir à televisão — foi a primeira vez em que falei numa emissora de televisão, no Rio de Janeiro, 50 minutos seguidos. Abriam-me a televisão para fazer o antídoto à pregação de Carlos Lacerda e o argumento dele, de Castelo, para nós, para mim e para Ney Braga, era o seguinte: “A Revolução não foi vencida no Rio e nem foi vencida em Minas Gerais porque vencidos foram os Srs. Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, tanto que, em nome da Resolução, vocês trouxeram duas vitórias estrondosas para o resultado eleitoral final”. Essa era a posição dele e, aí, mais tarde, fui procurado por colegas no Rio de Janeiro, no Hotel Serrador, e, lá, em nome da “linha dura”, eles queriam, de qualquer maneira, que o Presidente Castelo não desse posse aos dois governadores eleitos: no Rio e em Minas Gerais.

Eu fui ao Presidente Castelo porque, embora não pensasse dessa maneira, vi que não havia mais uma linha de comunicação porque intermediava-se à linha o General Geisel que não aceitava levar essa mensagem ao Presidente Castelo Branco. Então, pedi audiência e o General Geisel me proporcionou. Fui e disse: — “Presidente, eu não participo desse ponto de vista, mas sinto-me na obrigação de lhe trazer o que colegas meus, Coronéis da ativa, me trouxeram. Disseram que se o senhor não der posse a esses dois governadores que eles põem a tropa na rua e o senhor é o Chefe”. Ele voltou-se para mim, dentro da sua faceta irônica, e disse-me: — “Você sabe por que eu sou favorável à posse desses dois governadores eleitos, embora pela Oposição?” Respondi: “Imagino!” Ele disse: “Não, você não imagina bem; sou favorável pela mesma razão que sou favorável à posse daquele major que você inventou no Pará!” Essa era a posição dele, quer dizer: foi eleito, toma posse! Portanto, esse homem, hoje reverenciado, depois de 1/4 de século, precisa ter essas passagens, no meu entender reabilitadas e, oxalá, possa acon-

tecer o que o Senador Elcio Álvares disse, que este discurso possa ajudar historiadores — que são historiadores, e não historicistas — a buscarem fazer a biografia correta de um homem.

Ouçõ o nobre Senador Ney Maranhão antes de concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Jarbas Passarinho, V. Exª está prestando uma homenagem, reverenciando o nome de um estadista. Quem fala neste momento, apartando V. Exª, é um homem que foi injustiçado pela Revolução. Naquela época, eu estava do outro lado, e V. Exª sabe que cassaram o meu mandato, suspenderam os meus direitos políticos e me fizeram responder a três IPM. Mas, no fim de oito anos, Senador Jarbas Passarinho — é como digo, que a justiça tarda, mas não falha. A revolução me enviou um documento, um diploma, que guardo com orgulho, depois de investigar a minha vida pública e particular durante oito anos. Eu não poderia deixar de trazer o meu testemunho em relação ao Presidente Castelo Branco. Eu não o conhecia, mas tinha um amigo, que considerava como um segundo pai, o Marechal Cordeiro de Farias — que V. Exª muito bem conhece — que era uma pessoa da inteira confiança e ligada ao Marechal Castelo Branco. De acordo com o que conversávamos, eu tinha a convicção de que quando houve a Revolução, no entender do Marechal Castello Branco, a normalidade democrática devia voltar o mais rápido possível, interrompida que foi dentro de um processo que respeito, mas ao qual eu me opunha. V. Exª citou a sensibilidade do Marechal Castelo Branco para o social, e o exemplo dessa sensibilidade foi o Estatuto da Terra, que, se tivesse tido continuidade, teria feito com que o problema social mais difícil que o nosso País enfrenta — a nossa reforma agrária — fosse reduzido. Mesmo assim, estamos vivendo sob um outro prisma, graças à visão de estadista do Marechal Castelo Branco. Portanto, Senador Jarbas Passarinho, mesmo sendo adversário da Revolução, não posso deixar de prestar esta homenagem a um homem a quem o Brasil e os historiadores irão fazer justiça; a um homem que assumiu a Presidência da República numa situação delicada, mas que visava, acima de tudo, ao bem-estar do Brasil.

O SR. JARBAS PASSARINHO — Muito grato, Senador Ney Maranhão. Gostei muito do aparte de V. Exª, exatamente por ter sido atingido pelas injustiças que são inevitáveis às revoluções. Como salientava ainda há pouco o nosso — agora Presidente — Chagas Rodrigues, pude testemunhar algumas. Foram intrigas políticas e devo dizer, com a maior sinceridade, que, em grande parte, isso decorreu de ações de políticos civis que levavam aos militares — às vezes nos comandos militares, de onde eram enviadas ao SNI, que o General Golbery havia criado — informações que nem sempre foram as verdadeiras; serviam mais a algumas questões de ordem mesquinha, pessoal. Isso, entretanto, leva-me a crer que, mesmo no conjunto dessas ações, talvez a maioria não tenha sido susceptível de receber uma reparação, como V. Exª o foi.

Agradeço-lhe o testemunho. V. Exª é um homem de coragem — sempre foi —, um homem de fé. Não vou dizer irmão camarada, porque eu estaria plagiando Roberto Carlos V. Exª seguramente nos dá um testemunho, eu quero completá-lo em uma questão que foi levantada antes pelo Senador Marco Maciel, pelo Senador Elcio e agora por V. Exª Trata-se — eu diria até — da avidez que o Presidente Castelo tinha de retornar à plenitude democrática.

Quando ele me chamou, em outubro de 1965, se não me engano, houve um fato muito interessante. É bom que

não esteja presente o sempre presente Senador Jutahy Magalhães, porque ficaria um pouco chocado com o que vou dizer. O Presidente levou-me até o seu gabinete, aos seus aposentos privados, pegou um papel de memorando e escreveu "31 de janeiro de 1966". Disse-me, então: "Esta é a data em que deixarei o Governo". Respondi que não era possível, que o seu mandato havia sido prorrogado. Então, retrucou ele: "Jurei defender o ato institucional, e não a prorrogação do meu mandato". Perguntei dentro daquele município de discutir com ele, de teimar — se já era uma decisão ou se permitia ponderações. Ele disse: "Está com o Senador Krieger a administração desse problema, mas isso foi feito contra a minha vontade". Parece-me que foi de um voto, se não me engano, a diferença dessa questão. Logo depois, escreveu quatro nomes para a sucessão civil. Eram quatro militares, pela ordem: Cordeiro de Farias, Juracy Magalhães, General Mamede e Costa e Silva. Perguntei, imprudentemente — os jovens que estão na idade de 40 anos cometem muitas imprudências —, se, para a sucessão, não poderia ser um civil. Respondeu-me: "Gostaria que fosse, queria que fosse, mas ainda não pode ser nessa passagem. Ainda há que haver a consolidação do processo revolucionário". Alertei-o de que os dois primeiros nomes seriam uma contradição para ele, e ele quis saber por quê. Eu, que também gostava de fazer minhas frases, disse: "Eles não são aceitáveis; chamo em meu socorro Humberto de Alencar Castelo Branco". Respondeu-me: "Não entendi a piada". Disse-lhe, então: "Não, não é piada, Presidente. O senhor nos lecionava na escola do Estado Maior das Forças Armadas que um militar deve ter dedicação exclusiva e tempo integral para a atividade militar. Em que pese a profunda admiração intelectual que nutro, quer pelo Marechal Cordeiro de Faria, quer pelo General Juracy Magalhães, ambos fizeram carreira política ora na caserna, ora na vida civil". Cordeiro já havia sido Governador de Pernambuco; já o havia sido também no Rio Grande do Sul. O General Juracy era o homem do Nordeste, ex-Governador da Bahia. Lembrei-lhe que nos havia salientado que um oficial devia ser oficial a vida inteira ou político a vida inteira, e que, por isso, fizera aprovar uma lei pela qual eu lhe dava os parabéns, em parte. Ele perguntou-me: "Qual é? Respondi-lhe que era a lei que determina que um militar que se candidata a uma atividade eleitoral, contra o diploma de eleição, é obrigado a passar para a reserva. Disse-lhe também que era o que aconteceria comigo, uma vez que eu me considerava, àquela altura, já contaminado politicamente para voltar para uma atividade militar, que eu não tinha mais neutralidade nem isenção para voltar ao Estado Maior com um General — fui assistente de quatro — para um aconselhamento isento. Perguntou-me por que lhe havia dado os parabéns, apenas parcialmente, pela lei. Disse-lhe que era parcial porque o eleito ia obrigatoriamente para a reserva, mas que o derrotado havia sido poupado. O que não se elege, o que é derrotado não ia para a reserva, voltaria ao quartel impregnado de ressentimentos. Ele consentiu, dizendo que era preciso rever esse aspecto. E perguntou: "E os outros dois nomes?" Fiz, então, uma referência afetuosa ao General Mamede, que havia sido um dos meus melhores amigos, dizendo: "Se fosse para escolher o melhor amigo que tenho hoje na patente de General do Exército seria o o General Mamede, mas ele é totalmente avesso a isso." Disse-lhe que, quanto ao General Costa e Silva, sobrava-lhe adrenalina. Ele calou e não disse mais nada.

Essa era a posição de um homem com o qual não tive grande intimidade, mas tive várias oportunidades, como seu comandado, de reconhecer o lado humano, a faceta que estou

procurando trazer para a honra de ser assistido aqui por alguns dos queridos Senadores.

Sobre Castelo, do ponto de vista do porquê se ter tornado revolucionário, quero dizer que ele era Chefe do Estado Maior do Exército Brasileiro, altamente respeitado. No dia 28 ou 29 de março, recebi, no Pará, a instrução de Estado Maior, uma beleza de instrução. É toda baseada num princípio que os juristas deveriam considerar. Dizia o seguinte: as Forças Armadas não são janízaros, não são guarda pretoriana; são subordinadas ao Presidente da República, que, por sua vez, é subordinado à Constituição. Se o Presidente da República descumpra a Constituição, as Forças Armadas não podem ser guardas pretorianas, porque automaticamente elas têm o direito de ficar com a Constituição. Esse foi o ponto de vista dele. E a partir o momento que se passou a saber, no Brasil inteiro, que Castelo estava com a Revolução, esta cresceu extraordinariamente. E complementou-se esse crescimento quando se soube que o Presidente Dutra também participava — outro legalista que se tinha oposto à Revolução de 30, e que dizia: "Se está no livrinho, eu faço". O livrinho era a Constituição.

São vultos que eu posso, no encerramento deste discurso, que já vai longo, Sr. Presidente, pela generosidade da Presidência e pelos apartes com que me honraram, dizer que me permitem terminar exatamente no ponto que, hoje, parece-me, é consensual: o Presidente Castelo Branco modernizou este País. Teve a coragem de fazer a primeira grande modernização brasileira. E oxalá nós possamos fazer uma segunda!

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem! Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jarbas Passarinho, o Sr. Amin Lando, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues.

Durante o discurso do Sr. Jarbas Passarinho, o Sr. Chagas Rodrigues deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Meira Filho, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A Mesa anuncia a palavra do Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (PFL — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, venho hoje, nesta sessão matutina, registrar um fato que para mim tem uma enorme significação. Diria não apenas para mim, para o País. Quero falar sobre o encaminhamento que o Senhor Presidente fez ontem, através do Sr. Ministro da Economia, o Embaixador Marcílio Marques Moreira, do seu projeto do chamado ajuste fiscal. O projeto, como sabem V. Ex^{as}, Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi entregue, na tarde de ontem, à Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados incumbida de examinar a questão da reforma tributária e a revisão do papel do Estado e o nível de sua inserção na economia. Essa Comissão, que é presidida pelo Deputado José Dutra, do Amazonas, e tem como Relator-Geral o Deputado Benito Gama, está já há algum tempo, na Câmara dos Deputados, debruçada no tratamento dessa questão. E agora o Presidente entendeu de oferecer, além de outras contribuições que já teve oportunidade de enviar ao Congresso no ano passado, novos subsídios, de sorte a que a referida Comissão possa produzir um trabalho à altura das exigências do nosso País.

Não quero aqui, Sr. Presidente, me demorar em considerações, mas gostaria de lembrar que o Brasil, a semana passa-

da, encerrou seu contencioso financeiro internacional. Cumprimos a negociação com os chamados bancos privados, ocorrida em Nova Iorque, negociação que envolveu aproximadamente 50 bilhões de dólares do nosso débito no exterior. Anteriormente já tínhamos fechado entendimento com o denominado Clube de Paris, que reúne as entidades oficiais e os governos de países credores, e antes já tínhamos também, exitosamente, fechado um acordo com o Fundo Monetário Internacional, o famigerado FMI, do qual, inclusive, o Brasil é um dos sócios. Então, com o fechamento do último acordo em Nova Iorque, na semana passada, encerramos o nosso — como eu disse — contencioso externo, renegociamos a nossa dívida em condições que chamaria não excepcionais, mas dentro das condições possíveis, o que nos dará um alívio grande para a solução dos nossos problemas internos.

Agora urge, Sr. Presidente, que cravemos os nossos olhos nessa questão interna e na remoção desse grande entrave à derrubada da inflação, que é o déficit público. Se reformas já conseguirmos fazer com relação ao papel do Estado, outras muitas ainda precisam ser executadas para que tenhamos um Estado hígido, um Estado exato, um Estado que não seja gigantesco, que iniba a iniciativa privada e que gere, em face do seu enorme déficit público, dificuldades a que o País retome o seu processo de crescimento. E é isso o que busca o Governo agora, através do projeto que o Presidente Collor encaminhou ao Congresso Nacional, como forma de fazer com que o País retome o seu processo de crescimento, e o faça de forma sustentada.

Resolvida — friso — a questão externa, vamos resolver a questão interna. E a questão interna não é menor do que a questão externa.

Aliás, ontem, numa entrevista do negociador da dívida externa brasileira, Dr. Pedro Malan, que é um economista de nomeada, com larga experiência inclusive em instituições financeiras internacionais, ele dizia, com muita propriedade:

“O acordo da dívida externa não é suficiente para o Brasil voltar a atrair investimentos para o setor produtivo em larga escala. Os investidores estrangeiros ainda estão cautelosos e guardam uma grande dúvida sobre a economia brasileira. Como o Governo vai conseguir superar as dificuldades de financiamento do setor público?”

Ora — poderíamos responder —, para conseguir superar essas dificuldades será fundamental fazer aquilo que chamamos de ajuste fiscal.

O Presidente tem consciência de que o combate à inflação está sendo feito de forma obstinada até, com uma política monetária severa, que vem sendo objeto, inclusive, de muitas críticas, sobretudo porque as altas taxas de juros, de alguma forma, reduzem a atividade econômica. Mas o Presidente sabe que só com política monetária não se combate a inflação. Que o combate à inflação passa por um conjunto de medidas, dentre as quais se inclui uma política de rendas e também uma política fiscal. Pensar que só com a coluna da política monetária se resolverá a questão inflacionária será certamente fazer com que se perpetue a inflação em taxas incompatíveis com a retomada do crescimento.

Para que consigamos de fato jugular a inflação, pô-la sob controle — insisto — é fundamental que, ao lado da política monetária, tenhamos uma política fiscal adequada, capaz, portanto, de fazer com que se retome o processo de crescimento.

Sr. Presidente, hoje, desejo chamar a atenção para a importância do ajuste fiscal, pedindo a colaboração do Congresso, para que possamos, o mais rapidamente possível, discuti-lo e votá-lo. Como as leis tributárias se caracterizam pelo princípio da anualidade, também chamado princípio da anterioridade, é fundamental que essas medidas sejam discutidas e votadas antes de 31 de dezembro deste ano, posto que no calendário gregoriano, passado 31 de dezembro, estaremos iniciando um novo ano e, conseqüentemente, se algum projeto não for votado até a data referida, certamente essa lei não poderá entrar em vigor no próximo ano. É fundamental que nos concentremos, agora, na questão do ajuste fiscal.

Sei que o problema brasileiro não é só a questão do ajuste fiscal. Sei que temos problemas com relação ao aprimoramento das instituições políticas brasileiras. Sei que precisamos, ainda e com determinação, adotar muitas providências no campo da modernização da economia. Sei que se impõe adotarmos muitas providências a fim de reduzir desigualdades sociais, inclusive investindo maciçamente em setores básicos, dentre os quais gostaria de destacar a educação. Sei que muita coisa precisa ser feita.

Mas, evidentemente, se me perguntassem qual seria o ponto mais importante para que, a partir daí, pudéssemos começar a transformar econômica e socialmente o País, eu não hesitaria em afirmar que isso passa, necessariamente, pelo ajuste fiscal.

Sr. Presidente, venho fazer, hoje, nesta manhã, um apelo ao Congresso Nacional, que se inicia pela Câmara dos Deputados, que é hoje a Casa que está discutindo o ajuste fiscal, posto que é ela a instituição depositária de medidas que o Presidente submeteu ao seu discernimento, ou seja, um conjunto de emendas constitucionais, leis complementares e leis ordinárias que sintetizam o que nós, de forma genérica, chamamos ajuste fiscal.

Ajuste fiscal não é só reforma tributária; é muito mais do que isso. Lógico que há um conjunto de medidas no campo tributário, inclusive medidas voltadas a estabelecer a justiça fiscal, voltadas a ampliar a cidadania fiscal — poderíamos assim dizer — fazendo com que todos paguem. Porque, como diz o Presidente Fernando Collor de Mello, na proporção em que todos paguem todos pagam menos. Mas o ajuste fiscal, friso, não é só reforma tributária; é um conjunto de outras medidas que significam também o emagrecimento do Estado, cortando as suas gorduras, adiposidades, fazendo com que a coluna das despesas se reduza ao mesmo tempo em que se busque ampliar a coluna das receitas, de sorte a que o Estado recupere a sua capacidade de poupar e, recuperada a sua capacidade de poupar, possa voltar a investir.

Se olharmos o ciclo de desenvolvimento brasileiro dos últimos 60 anos, de 1930 para cá, acho que não convém recuar mais para trás, mas se pegarmos de 1930 para cá, vamos verificar que os grandes surtos de crescimento no Brasil se basearam em dois tipos de poupança: ou poupanças decorrentes de investimentos externos, agora extremamente escassos, em face da recessão por que passa o mundo, em face de outros mercados que agora começam a disputar com o mercado brasileiro a recepção de capitais externos. Sabemos que os surtos do desenvolvimento brasileiro sempre se apoiaram ou nos investimentos externos, repito, ou na poupança interna.

Ora, neste momento, o Estado perdeu a sua capacidade de poupar, pelo contrário, o Estado está sendo, de alguma forma pela sua incapacidade de poupar, também um fator

de desestabilização das poupanças privadas. Porque ele, para superar seus problemas de caixa, está de alguma maneira buscando extrair uma parte da poupança privada para superar as suas dificuldades de caixa. Então, ele está sendo um instrumento de agravamento do quadro da formação da poupança brasileira.

Não nos resta outro caminho para voltar a crescer, senão criarmos condições para que o Estado recupere a sua capacidade de poupar que passe pelo ajuste fiscal.

Outro caminho seria suicida: o caminho da emissão, do qual muitos governos se valeram. Porque, aí, não temos crescimento, desenvolvimento, temos inchação. Crescer com inflação, crescer emitindo, é inchar e não se desenvolver. Temos que falar claro.

O Presidente Fernando Collor de Mello optou pelo caminho correto: crescer de forma sustentada significa crescer sem inflação. Daí a importância do ajuste fiscal.

Sr. Presidente, vou mais além. Como eu dizia, ajuste fiscal, repito, mais uma vez, não é só reforma tributária é também modernização do papel do Estado. O Governo propõe uma série de outras medidas ao lado dessas questões tributárias e estritamente fiscais, que voltam a fazer com que o Estado readquira a sua saúde, ou seja, se livre desse grande cancro da inflação, eliminando o déficit público. São medidas, como, por exemplo, a reforma da Previdência Social, uma redução do papel do Estado, de suas despesas e, sobretudo, de algumas despesas não indispensáveis ao exato cumprimento do seu papel. Tudo isso são medidas que passam pelo Congresso Nacional.

São projetos, por exemplo, como aquele que se volta para a concessão dos serviços públicos, para que o Estado saia do território que deve ser da iniciativa privada e não gaste em setores que não são basicamente seus. É aquele, por exemplo, que diz respeito a limite de gastos com pessoal por parte da União, dos Estados, e dos Municípios e do Distrito Federal, que é a regulamentação do art. 169 da Constituição, que foi objeto de um projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, de iniciativa da Deputada Rita Camata, e que recebeu parecer do Deputado José Serra e que, hoje, há quase um ano, está aguardando a deliberação do Senado Federal.

É, por exemplo, o projeto que diz respeito à reforma do sistema portuário, modernizando-o, recuperando-o, de sorte a dar mais competitividade às nossas relações com o exterior.

Não posso deixar de mencionar a reforma da Previdência, melhorando-a em seu desempenho, fazendo-a mais ágil, criando condições para que possa melhorar a assistência que presta aos segurados, etc.

Por isso gostaria de salientar, de chamar a atenção para a importância desse conjunto de providências que estão sintetizadas em duas palavras: ajuste fiscal.

Ontem, à noite, o Presidente da República, depois de entregar a sua proposta, como eu disse aqui, por intermédio do Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, Marcílio Marques Moreira, à Câmara dos Deputados, Sua Excelência, através de uma cadeia de rádio e televisão, fez um pronunciamento à Nação que achei extremamente didático, claro, preciso, sobre o tema. Sr. Presidente, eu gostaria, até para que isso enriquecesse os Anais da Casa, que ele constasse dos nossos trabalhos da sessão de hoje. Não vou comentar todo o discurso do Presidente.

Gostaria apenas de salientar alguns pontos que me parecem mais significativos. Disse o Presidente.

“O Brasil precisa e vai voltar a crescer. Nos últimos anos, nossas estradas se deterioraram, a escola pública perdeu a sua qualidade, o ensino piorou nas universidades, ciência e tecnologia não tiveram as verbas de que necessitam, os programas de energia, de irrigação e de telecomunicações perderam impulso, os hospitais entraram em estado pré-caótico”.

Todo mundo concorda com isso. Isso não precisa ser dito, porque é uma realidade que estamos verificando com nossos próprios olhos sem retinas intermediárias. E o Presidente pergunta: “Qual a causa de todos esses males?”

“O Estado, a União perdeu sua capacidade de investir, isto é, o dinheiro que arrecada não foi suficiente para cumprir com suas obrigações. É preciso, portanto, recuperar essa capacidade, aumentando as poupanças públicas e privadas, e buscar atrair o capital externo, que vai ajudar a retomar o desenvolvimento. Com o ajuste de todas as suas dívidas com os credores externos, o Brasil recuperou crédito junto à comunidade financeira internacional. E assim, desde que tenhamos nossas contas internas equilibradas, o que será possível com a reforma fiscal, e fortaleçamos a segurança das regras estáveis na economia, faremos com que a poupança privada, daqui e de fora, volte a ter estímulos para investir no País.”

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, como é importante o ajuste fiscal. Evidentemente — costume dizer que o óbvio é aquilo que não se faz — tudo isso é o óbvio. Se falarmos com qualquer Parlamentar, quer vinculado ao Governo, quer vinculado à Oposição, ele dirá que o ajuste fiscal é necessário. Alguns até vão além, entre os quais eu me inscrevo. Já ouvi, inclusive, manifestações de representantes do PT que defendem também que devemos pensar numa política de rendas. Concordo com isso integralmente. É necessário acabar com as desigualdades em nosso País e pensar seriamente numa política de rendas. É certo que uma política de rendas é uma coisa que tem que ser feita a longo prazo, e não a curto prazo, e sobretudo no momento recessivo em que vivemos. Concordo que é necessário irmos além do ajuste fiscal e discutirmos uma política de rendas em nosso País. Mas todos concordarão que, sem uma modificação em nossos tributos, sem alteração no perfil das despesas do Estado, não é possível fazer com que o País elimine a inflação, posto que não será possível eliminar o déficit público: enquanto o déficit público remanescer, a inflação aí estará. E não é possível crescimento consistente e articulado com a inflação.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de, neste fim de manhã, fazer um apelo a todo o Congresso Nacional, porque isto não é questão do governo, mas é questão do interesse do País.

O Sr. Ney Maranhão — V. Exª me permite um aparte?

O SR. MARCO MACIEL — Pois não, nobre Senador Ney Maranhão, ilustre Líder do PRN e Vice-Líder do Governo nesta Casa.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Marco Antônio Maciel, como Líder do Governo, V. Exª está trazendo, nesta manhã, um assunto que considero da maior importância para o desenvolvimento deste País. O Presidente Fernando Collor, como

estadista, captou a exigência da sociedade. O projeto de ajuste fiscal, que V. Ex^a está sintetizando muito bem em seu pronunciamento, vai dar condições a que o País volte a negociar com a comunidade financeira internacional, de que está divorciado há dez anos, e retome o seu desenvolvimento, principalmente nesta década, em que existe e tem que existir a competitividade, mas também entendimento entre as nações deste planeta. Minha preocupação com esse projeto é que, com ele, a responsabilidade vai cair diretamente sobre o Congresso Nacional, como V. Ex^a tão bem chama a atenção. Conforme o Presidente chamou atenção no seupronunciamento, o projeto busca o equilíbrio entre a receita e a despesa, mas principalmente a justiça, no sentido de que todos paguem os impostos. V. Ex^a, Líder do Governo, como nós que fazemos parte desse Governo, conhecemos os dados estatísticos; quando tivemos ocasião de conversar com a Ministra Zélia, o Ministro Marcílio e os responsáveis pela área fiscal deste País. Sabemos, então, que, só no Estado de São Paulo — que não digo sonegue, mas que tem dificuldade de pagar os impostos — o percentual de sonegação é de 75%. Isso significa quase duas vezes o Orçamento deste País. No mês passado, este Senador, por força de expressão, chamou a atenção do País para uma situação de que poucos falam e somente intra muros. Inclusive, veio em meu socorro o Presidente da Federação das Indústrias de São Paulo. Eu quis dizer então, Senador Marco Maciel, que a sociedade está exigindo justiça fiscal, isto é, que todos paguem por aquelas que não podem pagar. Congratulo-me com V. Ex^a e com o Presidente Fernando Collor. Tenho certeza absoluta de que este Congresso, que é feito de homens que querem ver o bem do País e que têm um sexto sentido para ouvir as reivindicações populares, irá fazer o ajuste fiscal, para que haja equilíbrio social e econômico para o desenvolvimento do nosso País. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. MARCO MACIEL — Nobre Senador Ney Maranhão, agradeço o aparte com que me honrou V. Ex^a, ao corroborar as afirmações que aqui estou fazendo sobre a importância — eu diria até mais — sobre a transcendência da questão fiscal brasileira, que, aliás, é algo que diz respeito não somente ao Brasil, mas à maioria dos países do mundo hoje.

A grande potência mundial, que são os Estados Unidos, país líder no mundo, também tem problemas fiscais muito graves — hoje se depára, inclusive, com o déficit extremamente elevado, mas, como se trata de uma grande nação, com uma moeda forte e padrão para o mundo, de alguma forma, ela consegue financiar esse déficit exportando, assim, os seus problemas e agravando a condição dos chamados países em desenvolvimento...

Eu dizia que a crise fiscal do Estado é uma crise mundial. Quase todos os Estados hoje vivem de agudas crises fiscais. E os poucos que conseguiram debelá-la ou controlá-la tiveram resultados muito significativos e conseguiram voltar a crescer a taxas relativamente altas. Não vejo por que o País não possa enveredar por esse Caminho. Faço questão de frisar que isso não deve ser uma questão partidária ou de posicionamento político, mas é uma questão do interesse do País. Acredito que a Oposição, aquele segmento que diverge do Governo — isto é da própria natureza do processo democrático — não divergirá do País. Ela quer que estas questões sejam enfrentadas e resolvidas. O seu apoio a um projeto desse tipo não é um apoio ao Governo: é apoio à solução de um problema nacional. Vou mais além, o que o Presidente mandou foi um conjunto de propostas e, traduzindo, eu diria até que foi um conjunto de sugestões. O Presidente quer

que essa matéria seja discutida e que se encontre o caminho. Sua Excelência apontou o seu caminho. Hoje ouvi críticas ao projeto e já as esperava, porque sei que 140 milhões de olhos vêem melhor do que dois olhos, por mais avisados e melhor orientados que sejam esses estudos feitos pela Presidência da República. A crítica é natural e — quem sabe? — até desejável. Se esse projeto do Presidente tem falhas, vamos corrigi-las. Se ele, aqui ou acolá, precisa ser mudado, modifiquemos, mas não podemos deixar de nos manifestar sobre esta questão. Devemos decidir, discutindo e votando um projeto que represente solução da questão fiscal brasileira, no seu sentido macro e da questão tributária no seu sentido menor. É lógico que essas questões não podem ser resolvidas todas este ano. Concordo e até vou mais além. Acho que aquela parte que for de mais difícil assimilação aqui pelo Congresso, até pela sua complexidade, pode ser objeto, quem sabe, das discussões por ocasião da revisão constitucional, quando inclusive a matéria poderá voltar à discussão, com quórum menos elevado, mais reduzido, uma vez que, pelo art. 3º dos Atos das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, a revisão constitucional far-se-á a partir de 5 de outubro do próximo ano, no sistema unicameral, com maioria absoluta e não com os 3/5, como agora estão previstos para que se exercite o chamado poder de emenda da Constituição, o chamado poder constituinte derivado.

Não podemos deixar de expressar a nossa opinião sobre esse assunto, não podemos deixar de deliberar sobre essa questão. Digo sempre que a pior posição em política é não tomar posição. O Congresso não pode deixar de deliberar sobre essa matéria, porque isso interessa — não estou exagerando — não somente à retomada do processo de crescimento mas à própria estabilidade da democracia, porque a democracia pressupõe também um mínimo de justiça social, um mínimo de regras básicas para a boa convivência social.

Nobre Senador Ney Maranhão, eu gostaria de fazer uma explicitação do aparte que V. Ex^a teve oportunidade de oferecer ao meu discurso, na parte em que V. Ex^a chamou a atenção para como são poucos os que pagam os tributos. O Presidente Fernando Collor ontem, no seu pronunciamento, louvado em dados do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, apresentou dois dados, que aqui vou repetir, por achá-los extremamente oportunos à nossa discussão. Disse o Presidente:

“Dos 61 milhões de brasileiros que formam nossa população economicamente ativa, isto é, dos 61 milhões que efetivamente trabalham, apenas 7 milhões contribuem para o imposto de renda de pessoa física”.

Como cresceu hoje a chamada economia informal, que significa também inexistência de cidadania fiscal.

“No caso das empresas, essa relação é ainda mais dramática: mais de 2 milhões são contribuintes do imposto de renda de pessoa jurídica, mas apenas 55 mil respondem por 80% da receita total”.

Isso significa que as desigualdades fiscais são também gritantes. Parece que o peso recai sobre um número relativamente reduzido de pessoas. Volto, portanto, àquela frase que o Presidente Fernando Collor cunhou, que, de alguma forma, é correta. “Quando todos pagam, todos pagam menos”.

O seu projeto de reforma fiscal tem, a meu ver, alguns objetivos muito bons. Primeiro, porque todos paguem para que todos paguem menos. Em segundo lugar, quer acabar com a sonegação e, dentro da sonegação, há a elisão fiscal,

que é outra forma também de sonegar louvando-se nas imperfeições da lei.

O Presidente Fernando Collor quer também dessonerar de impostos mais pesados a atividade produtiva para premiar quem trabalha, porque ainda são altos os impostos que gravam a chamada atividade produtiva. E é outro objetivo do seu projeto. O Presidente Fernando Collor também quer fazer melhorar a justiça fiscal, ou seja, permitindo corrigir distorções, inclusive reduzindo os impostos sobre o trabalhador, sobre o assalariado. Enfim, esses objetivos todos são metas que considero extremamente importantes e que, acredito, independem do Governo, pois deviam ser uma conduta permanente do País com relação a seus concidadãos.

Dai por que, Sr. Presidente, sem querer me alongar, gostaria de solicitar à Mesa que o discurso do Presidente Fernando Collor, ontem pronunciado em cadeia de rádio e televisão, constasse dos nossos Anais, porque é uma bússola a balizar os debates sobre o assunto.

Longe eu de pensar que se trata de uma peça acabada. Antes penso que é um documento para reflexão, um instrumento de trabalho, um texto para debate. O próprio Presidente Collor, ao encaminhar esse conjunto de medidas ao Congresso Nacional, expressos no discurso que fez ontem em cadeia de rádio e televisão a que me referi, até deseja que essa proposta seja aprimorada, melhorada. Creio ser esse o sentimento de todo o País.

Agora, o que não devemos fazer, Sr. Presidente, é deixar de deliberar sobre a questão. Sei que estamos, como a imprensa diz, cem um ano eleitoral, mas podemos compatibilizar a exigência da campanha das eleições municipais com o cumprimento dos deveres inadiáveis, impostergáveis da nossa atuação parlamentar. Dentre eles, avulta, pela sua importância, pela sua significação e pela sua repercussão social, a questão do ajuste fiscal.

Concluo, Sr. Presidente, sem querer me alongar em considerações, repetindo algo que o Presidente Collor disse ontem.

"Com a ajuda de todos — uma vez votado esse ajuste fiscal —, daremos um sim ao desenvolvimento, a salários melhores, daremos um sim ao emprego.

A palavra de ordem é portanto, a retomada do desenvolvimento com justiça social.

O Brasil, minha gente, tem que continuar avançando e de forma mais rápida, para que os problemas econômicos e sociais de milhões de brasileiros sejam amenizados.

A disposição do Governo, como todos sabem, é de continuar trabalhando, e trabalhando muito.

Vamos acabar com os entraves burocráticos, vamos nos modernizar, porque você, cidadão brasileiro, tem o direito a ser bem mais atendido pelo Estado.

A reforma fiscal é um instrumento decisivo para que isso aconteça.

Deus haverá de nos ajudar nesta tarefa!"

Portanto, Sr. Presidente, concluo o meu discurso, solicitando que seja publicado, nos Anais da Casa, o discurso a que ora acabo de fazer menção.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MARCO MACIEL EM SEU DISCURSO.

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA SOBRE A PROPOSTA DE REFORMA FISCAL

Brasília, 16 de janeiro de 1992

Minha gente,

Semana passada trouxe a vocês a ótima notícia do fechamento do acordo da dívida com os bancos credores, um acontecimento da maior importância, que nos ajudará a retomar o crescimento econômico tão necessário para a melhoria das condições de vida de todos os brasileiros.

Volto para falar de um assunto vital para nosso futuro: a proposta de reforma fiscal que o Governo está enviando ao Congresso.

Antes de mais nada, quero dizer que a reforma vai significar muito para o Senhor, para a Senhora, contribuinte, que paga impostos e exige ver esses impostos traduzidos em mais e melhores serviços públicos, nas áreas da educação, da saúde, da segurança, do transporte, da moradia.

A reforma fiscal coroa todo um processo de modernização brasileira, que tem como bases, o programa de privatização, a liberalização de nossa economia, a recuperação das reservas cambiais, a atenção com as crianças, os CIAC, a reforma do Estado.

Esses processo significa, acima de tudo, um basta à recessão.

O Brasil precisa e vai voltar a crescer.

Nos últimos anos, nossas estradas se deterioraram, a escola pública perdeu a sua qualidade, o ensino piorou nas universidades; ciência e tecnologia não tiveram as verbas de que necessitam, os programas de energia, de irrigação e de telecomunicações perderam o impulso, os hospitais entraram em estado pré-caótico.

Qual a causa de todos esses males, minha gente?

A resposta é clara: o Estado, a União perdeu a capacidade de investir, isto é, o dinheiro que arrecada não foi suficiente para cumprir com suas obrigações.

É preciso, portanto, recuperar essa capacidade, aumentando as poupanças pública e privada, e buscar atrair o capital externo, que vai ajudar a retomar o desenvolvimento.

Com o ajuste de todas as suas dívidas com os credores externos, o Brasil recuperou o crédito junto à comunidade financeira internacional, e assim, desde que tenhamos as nossas contas internas equilibradas — o que será possível com a reforma fiscal — e fortaleçamos a segurança das regras estáveis na economia, faremos com que a poupança privada, daqui e de fora, volte a ter estímulos para investir no País.

O equilíbrio das contas públicas, combinado com a racionalização das despesas, fará com que o Estado gaste menos do que arrecada, tendo assim capacidade de investir essa diferença — entre o que arrecadou e o que vai gastar — os superávits, em infra-estrutura, na área social, em benefício da população brasileira.

Posso assegurar que o Brasil, dentro de um espaço muito curto de tempo, voltará a crescer, saindo da recessão, gerando riqueza e emprego, e, principalmente, saldando a imensa dívida social que perdura há séculos.

Minha gente,

Mas como será a reforma fiscal?

Como ela vai afetar o seu dia-a-dia?

Hoje, temos no Brasil uma estrutura tributária muito complicada e injusta, como número excessivo de impostos, o que favorece os que sonegam e especulam, e pune os que produzem e trabalham.

Vamos mudar isso e fazer com que a cidadania seja respeitada.

A essência do problema é simples: só uns poucos pagam, e pagam impostos demais.

Alguns dados mostram claramente esse problema:

— dos 61 milhões de brasileiros que formam nossa população economicamente ativa, isto é dos 61 milhões que efetivamente trabalham, apenas sete milhões contribuem para o imposto de renda pessoa física.

— No caso das empresas, essa relação é ainda mais dramática: mais de dois milhões são contribuintes do imposto de renda da pessoa jurídica, mas apenas 55 mil respondem por 80% da receita total.

Minha gente,

Com a reforma, vamos criar uma situação em que todos pagam para que cada um de nós pague menos.

Quero explicar cada um dos objetivos da reforma, para que o senhor e a senhora compreendam os benefícios que ela trará para nosso dia-a-dia. São eles os nossos objetivos com a reforma fiscal:

1) simplificar os impostos, que significa:

— menor número de tributos;

— menos formulários;

— menos informações obrigatórias.

2) Promover a justiça fiscal, que significa:

— aliviar a carga tributária dos contribuintes de baixa renda, ou seja, quem ganha menos, paga menos;

— evitar que imperfeições legais possibilitem ao contribuinte de alta renda pagar menos impostos, ou seja, quem ganha mais tem que pagar mais.

3) Incorporar o setor informal da economia, que significa:

— todos terão vantagens em se integrar ao sistema organizado da economia;

— estimular a que todos os cidadãos tenham consciência de contribuinte: o imposto é nosso aliado para melhorar a qualidade de vida de todos;

— ampliar a base de contribuição — quando todos pagam, todos pagam menos.

4) Combater a sonegação de impostos, que significa:

— aperfeiçoar o sistema de arrecadação de impostos; menos burocracia para facilitar a vida do contribuinte;

— fiscalização mais eficaz;

— tornar a sonegação conduta de alto risco.

5) Reduzir os impostos sobre a produção, que significa:

— valorizar o trabalho. Menos impostos sobre a folha de pagamentos significa mais emprego e melhores salários;

— estimular a produção e o investimento, colaborando para a retomada do crescimento econômico.

Com esses cinco objetivos da reforma fiscal vamos melhorar a competitividade de nossa economia; e os serviços que, conseqüentemente, o Governo presta na área social.

Nosso objetivo último, minha gente, é consolidar o processo de modernização do Estado brasileiro, eliminando definitivamente o déficit público, os gastos maiores do que a arrecadação, derrotando, assim, o mais poderoso foco de pressão inflacionária em nossa economia.

Vamos reduzir o número de impostos de 22 para 9, e com isso, vamos ajudar a acabar com o pior e mais injusto imposto de todos: a inflação.

A inflação é cruel, minha gente, porque atinge mais fortemente os menos favorecidos, que dela não têm como se proteger.

Além disso, a inflação desorganiza a produção, desestimula o investimento, corrói os salários, gera desemprego e prejudica o crescimento da economia;

Temos aqui um quadro muito significativo, que nos mostra a relação entre déficit público e inflação.

É fácil perceber como, até 1990, o crescimento das taxas de inflação ocorreu paralelamente ao agravamento do déficit público.

Quando assumi, previa-se um déficit da ordem de 36 bilhões de dólares, ou seja, mais de um terço da dívida externa seriam somados à dívida do Governo somente em um ano.

A redução da inflação que obtivemos em minha administração só foi possível porque conseguimos transformar, desde 1990, o déficit público em superávits, que estamos conseguindo com muitos sacrifícios mês a mês, ano a ano.

Quando há um déficit e o Governo emite dinheiro para cobri-lo, esse dinheiro novo, minha gente, acaba sendo um imposto disfarçado, pois alimenta a inflação, que, por sua vez, desvaloriza a moeda.

Já avançamos muito, mas ainda temos de percorrer um bom caminho!

Não podemos voltar a gerar déficits, não podemos gastar mais do que arrecadamos, não podemos continuar a operar com taxas de juros tão elevadas quanto as atuais.

Por essas razões, a reforma fiscal é inadiável; ela vai impedir a volta do déficit e equilibrar em definitivo as contas do Governo; vai ajudar-nos a combater a inflação e retomar o crescimento; o dinheiro que carregamos no nosso bolso vai voltar a ter valor; os empresários vão voltar a investir gerando mais empregos; os salários vão ter aumento real, com a maior demanda de mão-de-obra, e com isso os trabalhadores vão poder comprar mais, melhorando suas condições de vida.

Minha gente,

Peço aos trabalhadores, aos empresários, às donas de casa que se informem sobre essa questão da reforma fiscal, porque ela é decisiva para o nosso futuro.

Numa recente pesquisa de opinião pública, ficou patente que os brasileiros já despertaram para o problema: 58% dos entrevistados concordam em que a economia do País só vai melhorar quando mudar nosso sistema de impostos; 82% declararam que os impostos no Brasil são muito altos.

A reforma fiscal que estamos propondo ao Congresso é fruto de estudos que levaram meses; foram ouvidos trabalhadores, empresários, políticos, especialistas; cada sugestão pertinente, cada boa idéia foi aproveitada nessa proposta.

Como disse, é imprescindível que o Senhor e a Senhora se informem sobre um assunto tão importante e urgente, e façam chegar aos Deputados e Senadores sua preocupação para que essa reforma seja aprovada o quanto antes.

Estou confiante em que o Congresso Nacional se dedicará com empenho ao tema, pois conhece a urgência da sociedade brasileira de alcançar um sistema fiscal mais justo.

A reforma fiscal faz parte de um conjunto de medidas que obedece a uma absoluta coerência.

O primeiro estágio dessas medidas, adotado logo depois que assumi, estancou com medidas vigorosas o processo inflacionário que ameaçava a tudo e a todos, com graves riscos ao País.

O segundo estágio foi de identificação das causas estruturais da inflação, para eliminá-las, sob pena de ficar o País sempre na dependência de planos que, em última análise, somente combatiam efeitos e faziam o processo recrudescer, sempre mais violento.

Entre estas, ainda se afigurava como a mais relevante, o déficit público, distorção crônica e crescente, que, inibindo os investimentos, tornava a poupança pública negativa.

Impunha-se repensar o papel do Estado, adequando-o à sua exata dimensão, estancando a imensa sangria provocada pelo serviço da dívida interna, isto é, livrando-o dos pesados juros e correções.

O preparo da privatização, rigoroso nos métodos e vigoroso na sua dimensão, em última análise, troca ativos estatais perdulários e geradores de déficit por substancial parcela da nossa dívida interna.

Detectamos quais as reformas estruturais indispensáveis à modernização da estrutura produtiva do País e enviamos ao Congresso propostas fundamentais, como as emendas à Constituição que incentivam a vinda de empresas estrangeiras e alteram certos monopólios da União, e vários projetos de lei como os da informática, modernização dos portos, marcas e patentes, o programa nacional de desestatização, a nova lei agrícola, as leis de custeio e de benefícios da Previdência Social, a lei do inquilinato, a lei que pune o enriquecimento ilícito no exercício de função pública, as normas para defesa das concorrências públicas, entre outras.

A maioria delas já foi aprovada ou se encontra em fase final de apreciação.

A reinserção do Brasil na comunidade financeira internacional, minha gente, já está assegurada.

Fizemos os acordos com o FMI, Clube de Paris e, recentemente, com os bancos privados.

Estamos aptos, portanto, a voltar a ter a poupança externa como indispensável complemento ao esforço de investimentos internos tão reclamados e urgentes.

E finalmente, como coroamento de todo este processo, a reforma fiscal.

Com ela, recuperaremos a poupança pública, conseqüentemente, a capacidade de investir, eliminando para sempre, rogo a Deus, o déficit público.

Com a ajuda de todos daremos um sim ao desenvolvimento, a salários melhores; daremos um sim ao emprego.

A palavra de ordem é, portanto, a retomada do desenvolvimento com justiça social.

O Brasil, minha gente, tem que continuar avançando e de forma mais rápida, para que os problemas econômicos e sociais de milhões de brasileiros sejam amenizados.

A disposição do Governo, como todos sabem, é de continuar trabalhando: e trabalhando muito.

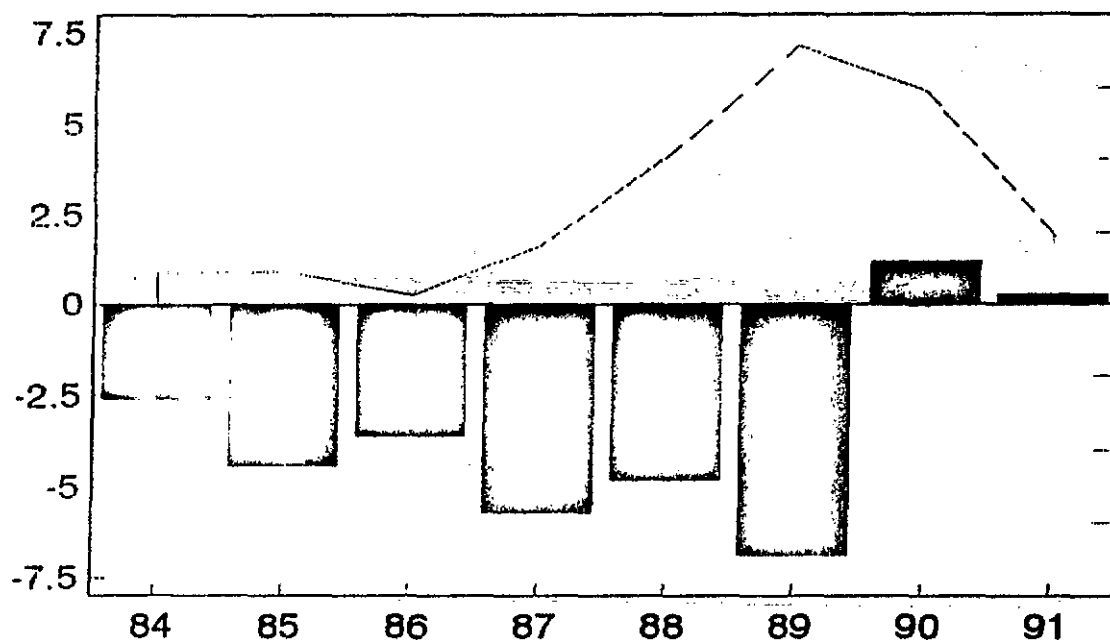
Vamos acabar com os entraves burocráticos, vamo-nos modernizar porque você, cidadão brasileiro, tem o direito a ser mais bem atendido pelo Estado.

A reforma fiscal é um instrumento decisivo para que isso aconteça.

Deus haverá de nos ajudar nesta tarefa!
Boa noite.

RESULTADO DO SETOR PÚBLICO E INFLAÇÃO

% do PIB



■ Resultado do S. Público — Taxa anual de inflação

Fonte: BACEN/DEPEC e FGV.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Rocha.

O SR. JOÃO ROCHA (PFL — TO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, no exato momento em que o Brasil fecha o melhor acordo para o pagamento da dívida externa, fazendo-nos crer que sairemos daquela que pode ser considerada a maior recessão de sua história, voltamos a defender a adoção de uma política econômica de incentivos aos micro e pequenos empresários.

Com efeito, são estes empresários que constituem a base social de nossa economia. É necessário garantir-lhes mercado para a manutenção da estabilidade econômica e política.

É natural, pois, que no regime capitalista e de livre iniciativa como o nosso, o Estado e a sociedade apoiem o fortalecimento destas empresas e saudem o seu crescimento e a sua rentabilidade como autênticas conquistas sociais, uma vez que resultam em benefícios diretos para a comunidade local e nacional.

Se compararmos as políticas e os instrumentos de apoio às pequenas empresas, no quadro de diversos países com sistemas políticos e econômicos diferentes, iremos constatar uma série de semelhanças.

Em todos os lugares onde foi formulada uma política consistente para este setor da economia, os governos atuaram, sobretudo, nas áreas de treinamento e consultoria gerencial, criando estímulos fiscais e mecanismos de apoio creditício e, eventualmente, lançando mão de medidas de simplificação burocrática e administrativa. Em contrapartida as pequenas empresas participaram de forma ativa no crescimento da economia destes países.

Nos Estados Unidos, as empresas de pequeno porte representam 50% do Produto Nacional Bruto. Na Alemanha, respondem por 41% do investimento bruto, por 64% da mão-de-obra e por 54% do Produto Interno Bruto. No Japão, existem programas de pesquisa para desenvolvimento de novas tecnologias e produtos. A Itália alcançou sua industrialização e desenvolvimento centrando sua experiência na evolução qualitativa e quantitativa dos pequenos negócios. Na Coreia do Sul e Taiwan, criaram-se entidades voltadas à promoção do associativismo e para a modernização e internacionalização do parque produtivo local.

Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, o Brasil precisa absorver as lições que os países desenvolvidos têm a dar. Nestes países as pequenas empresas são extremamente valorizadas e estimuladas e, em contrapartida oferecem o avanço tecnológico. Oitenta por cento das patentes que circulam no mundo, segundo dados da ONU, são gerados no seio das micro e pequenas empresas. Estes governos compram-lhes cerca de 30% dos seus gastos totais.

No Brasil, das compras governamentais, estimadas em 10 bilhões de dólares/ano, não mais do que 5% são adquiridas junto às empresas de pequeno porte.

Ou seja, inexistente aquele que deveria, obrigatoriamente, ser o mercado seguro à sua sobrevivência, para dar-lhes anteparo na concorrência desigual com os grandes grupos cartelizados e oligopolizados, os mais beneficiados pelas compras governamentais e os que abocanham mais de 70% do seu total.

Vemos por aí, Sr. Presidente, Sr^{tes} e Srs. Senadores, que há uma falha imperdoável na concepção estratégica do modelo de desenvolvimento concentrador de renda, tornando-o incapaz de promover a retomada do crescimento da economia nacional.

Como vamos trilhar a rota do crescimento econômico se está-se impossibilitando de sobreviver com desenvoltura o segmento majoritário da nossa economia, composto de micro e pequenas empresas, que compreendem mais de 90% de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços instalados no País?

Aonde vamos chegar em matéria de economia nacional, se se marginaliza aqueles que são responsáveis por 50% da produção nacional de bens, 65% da oferta de mão-de-obra, 42% dos salários pagos, enfim, por mais de 35% do nosso Produto Interno Bruto?

Segundo o perfil estrutural das nossas micro e pequenas empresas, levantado em recente pesquisa pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE:

1. — 40% não utilizam planejamento de produção.
2. — 50% não utilizam planejamento de vendas.
3. — 45% não utilizam apuração de custos.
4. — 85% não utilizam técnicas de *marketing*.
5. — 80% não utilizam treinamento de recursos humanos.
6. — 90% não utilizam recursos de informática.
7. — 65% não utilizam avaliação de produtividade.
8. — 60% não utilizam controle de qualidade.
9. — 75% não utilizam *lay-out* planejado.

As vésperas de um novo milênio, quando as relações entre capital e trabalho estão sendo já operadas, fundamentalmente, a partir da produção de serviços, com a utilização intensiva da nova ciência, a Telemática, que se espalhará por todos os cantos do globo fundamentará a relação de poder entre as nações, é inadmissível que as nossas micro e pequenas empresas estejam em tal estado de precariedade infra-estrutural.

Por esta fragilidade estrutural de organização são hoje, no Brasil, uma espécie de maioria silenciosa e sacrificada, sujeitas às mudanças de tendência do Estado e dependentes dos humores variáveis da tecnocracia federal e estadual, sempre pronta a criar novos regulamentos e normas sufocantes, exigências e restrições à livre iniciativa.

Para uma melhor compreensão do atual quadro é importante que examinemos as estratégias e políticas destinadas a promover a industrialização do Brasil. E para isso não pode ser esquecido o fato de que, na maioria dos países desenvolvidos, o setor industrial é integrado, em grande parte, por empresas de propriedade e exploração privadas. Por isso, deve prestar-se suma importância às políticas e aos incentivos capazes de produzir o resultado desejado na motivação dos empresários privados, visando gerar um ambiente favorável às inversões.

Observe-se, a título exemplificativo, que as empresas manufatureiras do setor público somente conseguem êxito quando estão inteiramente isentas da ingerência política e se sentem obrigadas a enfrentar a concorrência, tanto interna quanto estrangeira.

A intervenção governamental excessiva sempre se reveste do perigo de coagir a ação dos empresários, retirando-lhes o poder de iniciativa e de decisão, fatores que são indispensáveis para uma expressão industrial a curto prazo.

A par desses fatores existem outros que contribuem para a complexidade do setor industrial. O ritmo acelerado do progresso científico e tecnológico, que influencia sobremaneira este setor, provoca, por si só, complicação tanto do ponto de vista da formulação de uma política industrial como da adoção de decisões e matéria de investimentos.

É preciso, pois, ter o cuidado de não orientar a industrialização exclusivamente para uma política de substituição de importações, pois isto pode conduzir a graves limitações de mercado. Pelo contrário, dando-se uma ênfase maior à produção de manufaturas orientadas para a exportação, consegue-se implantar unidades industriais de maior porte, ao mesmo tempo que se ganha acesso ao mercado de divisas e se imprime novo impulso ao desenvolvimento industrial.

Na verdade, não se pode negar que a estratégia da industrialização brasileira, baseada em significativa proteção à produção interna, gerou resultados positivos no sentido da instalação de um amplo parque industrial no País. Mas não é menos verdade que esse processo esgotou-se e criou uma série de distorções, em termos de eficiência da indústria nacional, que, efetivamente, precisam ser superadas.

O Brasil apresentou taxa de crescimento, entre 1970 e 1987, superior à do Japão e dos Estados Unidos e esse crescimento precisa ser retomado, não apenas em termos quantitativos, mas e principalmente assumindo a característica qualitativa, que implique o melhor distribuição de renda entre a população.

Apesar de todos os ajustamentos realizados no parque industrial brasileiro, os principais obstáculos que condicionam a retomada do crescimento econômico ainda não foram devidamente equacionados.

A amortização dos juros referentes à dívida externa brasileira consome grande parte da receita gerada com as exportações, dificultando a importação de insumos e máquinas essenciais à implementação de projetos industriais de maior porte e a sofisticação tecnológica, que teria um efeito multiplicador na economia.

Internamente, a persistência da inflação mantém o ambiente de incerteza e agrava as tensões sociais derivadas da contínua perda do poder aquisitivo dos salários, gerando um clima pouco propício à retomada dos investimentos privados.

Neste cenário, os setores mais atingidos são justamente aqueles cuja produção se volta para o mercado interno, campo onde predominam as micro e pequenas empresas. Sofrendo com a retração do consumo, determinado pelos altos índices de desemprego e pelo achatamento dos salários, e com a escassa possibilidade de substituir o consumo local ainda que parcialmente pelas vendas externas, estas empresas ainda se vêem às voltas com a enorme elevação nos seus custos, principalmente os financeiros.

Qual seria, então, a solução para criar mais empregos, aumentar o consumo e aquecer a economia com os recursos escassos característicos das épocas de recessão? Na opinião da maioria dos economistas preocupados com o problema é de que a resposta está no apoio decisivo às micro e pequenas empresas.

É evidente que a retomada do crescimento econômico passa obrigatoriamente por esta recente e bem-sucedida renegociação da dívida externa, que irá permitir à economia brasileira um pouco mais de espaço de manobra, pela reorganização das finanças públicas e pela recuperação do poder de compra dos salários. Entretanto, é possível e imprescindível que esta política de austeridade venha acompanhada da criação de algumas válvulas de escape para aqueles setores produtivos da economia com pouca ou nenhuma vinculação com o mercado externo e que, por isso mesmo, encontram-se numa posição mais vulnerável e não podem aguardar a plena recuperação econômica do País.

Estamos assistindo o Governo brasileiro prisioneiro dos banqueiros que financiam sua dívida pública interna, que nada mais é do que a dívida externa internalizada, que vem crescendo há duas décadas, apesar de ter sido paga, em juros flutuantes, mais de uma vez e meia, conforme reconheceu o ex-Presidente e hoje Senador, o nosso nobre colega José Sarney.

O modelo de desenvolvimento econômico concentrador de renda favoreceu, essencialmente, os banqueiros, nacionais e internacionais.

Os números falam por si. Nos últimos dez anos, a participação da indústria no Produto Interno Bruto ficou estagnada ao nível de 1980, isto é, em 39,5% enquanto a das instituições financeiras saiu de 7,7% em 1980 e chegou a 13,6% em 1987, de acordo com o IBGE.

E, conforme pesquisas feitas pela revista *Exame*, alcançaram os bancos o patamar superior a 15% do PIB nos últimos três anos.

Vejamos os dados do IBGE:

1. — Em 1982; a rentabilidade da indústria alcançou 5,5% do PIB; a dos bancos, 18,8%
2. — Em 1984; indústria, 10,2%; bancos, 12,9%
3. — Em 1985; indústria, 10,5%; bancos, 7,3%
4. — Em 1986; indústria, 12%; bancos 15,6%
5. — Em 1987; indústria; 2,4%; bancos, 13,5%.
6. — Em 1988; indústria, 5,4%; bancos, 12,8%.

O perverso perfil da renda nacional é emblemático quanto a essa evidência. Os dados mais recentes demonstram que 70% do seu total correspondem aos rendimentos do capital (juros, lucros e aluguéis), enquanto somente 30% representam os rendimentos dos salários.

Trata-se do inverso da realidade de 30 anos atrás, quando o capital em nossa economia representava 32% do total da renda, enquanto os 68% restantes compreendiam os rendimentos do trabalho.

Nos últimos seis anos, essa inversão se acentuou consideravelmente no compasso da recessão, gerando mais e mais acumulação da renda nacional, paralelamente ao crescimento das distorções que aumentaram as carências fundamentais da maioria da população, agravando o nosso quadro político-econômico-social.

Senão vejamos os dados do IBGE:

1. 65% da população vivem em estado de miséria quase absoluta.
2. Um terço das famílias brasileiras ganha menos de um salário mínimo.
3. 1% da população dispõe de renda igual à dos 50% mais pobres.
4. A mortalidade infantil supera a da Coreia do Sul e da Colômbia, chegando a 87,9 por mil nascidos, ao passo que nos países desenvolvidos esta percentagem é de 8 a 13 por mil nascidos.
5. Dos 52 milhões de trabalhadores integrantes da população economicamente ativa, apenas 28% possuem carteira assinada (a avalanche de demissões ocorridas ao longo desse semestre no setor industrial reduziu ainda mais essa percentagem).
6. Das 47,7 milhões de crianças brasileiras, 25,4 milhões vivem em situação de pobreza e 12,3 milhões na miséria absoluta, num total de 54%.
7. 85% dos chefes de famílias no País não contribuem para a Previdência Social.

Eis, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o resultado concreto produzido pelo nosso modelo de desenvolvimento superconcentrador da renda nacional.

Por esta razão, recentemente, a ONU divulgou relatório em que o Brasil é considerado o País onde existe a pior distribuição da renda em todo o planeta.

Como construir uma democracia representativa, um capitalismo sólido e uma sociedade mais justa, sem ao mesmo tempo, oferecer as condições mínimas para que os empresários exerçam o seu papel na economia, na sociedade e na política?

Da resposta a questões como essa depende o próprio futuro do regime democrático brasileiro, que apesar de tudo ainda se sustenta — em larga escala — exatamente naquelas empresas menores, que são as que oferecem o maior volume de empregos em nosso País.

Urge, portanto, que se estabeleça um plano de desenvolvimento econômico estratégico que venha a fortalecer os micros e pequenos empresários brasileiros.

A melhor forma, a mais prática e adequada, para alcançar esse objetivo, a que geraria resultados de curto prazo, seria a de o governo fixar o compromisso político de, num espaço não mais que de dois anos, comprar 30% de suas necessidades das micros e pequenas empresas.

É preciso ressaltar: esse deve ser um compromisso político.

Paralelamente, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, de preferência em parceria com a SEBRAE, precisaria determinar a execução de um plano de investimento em capacitação tecnológica dessas empresas, concedendo-lhes recursos para investir em modernização da sua infra-estrutura, para torná-las, através do incremento da produtividade e qualidade, mais competitivas.

Somente assim terá a nossa economia condições de inserir-se competitivamente no mercado mundial, tanto para nele ganhar espaço, como, também, para fortalecer nosso mercado interno de forma capaz de atrair novos investimentos ao País.

O Ministro Eliezer Batista, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, tem uma responsabilidade enorme na tarefa de defender o fortalecimento das nossas micros e pequenas empresas, pois, caso contrário, o seu planejamento estratégico, que visa dividir o Brasil em oito grandes áreas, com base não na divisão política, mas na divisão física, delimitando-as pelo sistema de logística de transporte, energia e telecomunicações, não sairá do papel.

Serão os micro e pequenos empresários os atores centrais capazes de encenar esse grande ensaio de desenvolvimento macro-estratégico que o Ministro Eliezer pretende implementar.

Mas, como alcançar esse objetivo, se os nossos micros e pequenos empresários carecem de mercado, de crédito, de tecnologia; se estão esmagados por uma excessiva carga tributária que deixa como alternativa de sobrevivência o recurso à sonegação e o caminho da informalidade excludente?

Como capacitaremos tecnologicamente nossas pequenas empresas, se o País está investindo menos de 0,3% do orçamento da União em pesquisa científica e tecnológica, quando os países desenvolvidos já estão gastando mais de 3% do PIB nesse setor?

A parceria Governo Federal — SEBRAE é fundamental para dar início ao inadiável processo de mais justa distribuição da renda nacional que se advir com o fortalecimento dos micros e pequenos empresários.

Aliás, ao mencionar o Sebrae, não poderia deixar, por oportuno, de saudar aqui a nova orientação imprimida àquele órgão pelos Drs. Antônio Fábio Ribeiro, presidente da Federação das Indústrias de Brasília e presidente do Conselho Deliberativo Nacional daquela entidade, e José Augusto Assumpção Brito, seu presidente executivo.

Será pelo caminho aqui exposto que promoveremos a retomada do crescimento econômico com justiça social, com o indispensável e integral apoio do excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Collor de Mello.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Meira Filho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Odacir Soares.

O SR. ODACIR SOARES (PFL — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a Nação brasileira acompanha ansiosa o processo de investigação deflagrado com a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito instaurada para averiguar as denúncias de irregularidades contra Paulo César Farias.

Como se sabe, a Comissão nasceu sob o signo da contravérsia. Não se respeitou, na sua formação, a exigência constitucional relativa à proporcionalidade da representação (CF, artigo 58, § 1º). Não obstante, teve curso o processo investigatório com a convocação de inúmeros depoentes e a tomada de várias diligências.

Alguns órgãos de imprensa não mediram esforços para escrever a pauta da Comissão Parlamentar de Inquérito. As denúncias acumulavam-se. Índícios eram tomados como provas cabais e irrefutáveis. Hipóteses de investigações eram transformadas em verdades axiômáticas.

Não demorou muito para que se desvendassem as verdadeiras intenções desses novos integrantes de algo que mais se assemelhavam a uma *Prokuratura*, a uma *Promotoria Popular*. Não bastava que as denúncias fossem investigadas e que os eventuais culpados fossem responsabilizados. Eles exigiam mais. Afigurava-se-lhes indispensável o estabelecimento de novos e permanentes nexos. Os novos Catões não faziam por menos: era preciso envolver o Chefe do Executivo nas denúncias.

Esse estado de coisas paralisou a máquina do Estado e afetou de forma grave a economia. O anúncio de um novo boato determinava a queda da bolsa e a valorização do dólar. Passou-se a cogitar do impedimento do Presidente da República, discutindo-se abertamente a sua sucessão.

A postura de determinado segmento da imprensa foi decisiva para a conversão das investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito em autêntica devassa. A Comissão já não mais atuava como órgão judicial — tal como pretende e a própria Constituição — capaz de apurar, com isenção e serenidade as irregularidades apontadas. Não. Cuidava-se agora — repito — de transformar a investigação na mais carenta das devassas. As cautelas jurídicas de estilo foram abandonadas. Extratos bancários obtidos sob a promessa de observância do sigilo eram divulgados em flagrante desrespeito aos princípios constitucionais e aos mandamentos legais. Parlamentares estranhos à CPI foram honrados com missões que jamais poderiam exercer, pois obviamente não estavam obrigados pelo sigilo funcional que só vinculava os seus integrantes. As disposições da Lei nº 4.595 de 1964, sobre o sigilo bancário foram transformadas em maculatura.

Procediam-se a as buscas e apreensões de documentos de forma arbitrária, documentos estes que, no momento seguinte já eram dados ao conhecimento público.

Ao ler o jornal de manhã cedo, ainda à mesa do café, deparava-se, em manchete, com fac-símile de uma ficha bancária de alguém incidiado em Comissão Parlamentar de Inquérito ou sob ação do Fisco Federal.

Exposta à banca do jornaleiro na entrada da quadra, via-se uma revista em cuja capa estava estampada a folha de rosto de uma declaração de imposto de renda de alguém suspeito de sonegação.

Por outro lado, tinha-se notícia de estar o sindicato dos Auditores Fiscais à frente de uma pretensa ação fiscal, à revelia da autoridade competente, seja o Delegado da Receita Federal ou Superintendente da Receita Federal.

Tome-se outro exemplo: o "Sindicato recebe denúncias por telefone e fax", publicado no *Estado de S. Paulo*, no dia 3 de julho corrente, página 6. Esse título encerrava a notícia de que o Sindicato dos Bancários, em Brasília, estava recebendo denúncias de corrupção envolvendo o governo federal e o empresário Paulo César Farais. É incrível! A iniciativa teria o objetivo de facilitar o trânsito de informações sobre PC, principalmente entre os bancários que têm acesso ao cadastro de autoridades do Governo. Não cremos sejam os bancários tão insistentes da ética profissional a ponto de não perceberem a ilicitude dessa conduta!

Não foi por acaso que alguns editoriais de importantes órgãos da imprensa nacional identificaram semelhanças entre a praxis adotada pela CPI e os procedimentos consagrados pelos IPM de triste memória. A CPI era agora o IPM das Oposições. A Comissão Parlamentar de Inquérito parecia ceder à tentação de transformar-se em autêntico "Tribunal Revolucionário". Os princípios do Estado de Direito e do respeito à dignidade humana eram abandonados em favor de maior eficácia na apuração de eventuais delitos. Tal como nos tempos do arbítrio mais sórdido, os fins justificavam os meios...

Felizmente, as críticas de vozes autorizadas na imprensa, no meio político e jurídico foram ouvidas. A Comissão impôs-se uma pausa para reflexão e revisão de métodos. As práticas heterodoxas adotadas por alguns dos integrantes — e, pasmem-se, também por não-integrantes — da Comissão parecem agora abandonadas.

É nesse novo contexto que me permito, Senhor Presidente, lembrar, uma vez mais, que as investigações devem ser pautadas pela estrita observância dos preceitos constitucionais e legais. Em hipótese alguma, deveremos ceder à tentação das vias facilitárias, pois tal prática, além de comprovar o desprezo a princípios basilares do Estado de Direito, sintetizados no respeito aos direitos fundamentais do cidadão e na dignidade da pessoa humana, poderá comprometer o esforço investigatório mais sério, ameaçando, em última instância, a própria dignidade do Congresso Nacional.

Estou certo, Sr. Presidente, de que os fatos lamentáveis ocorridos — e que certamente não são motivos de orgulho nem para a CPI nem para o Congresso Nacional — não mais se verificarão. A Comissão, agora mais experiente, não permitirá que alguns radicais convertam as investigações em devassas.

Não, Sr. Presidente. Na Constituição de 1988 não há lugar para tais práticas. A Constituição-cidadã do Dr. Ulysses Guimarães, a Constituição que erigiu o postulado da dignidade humana em princípio basilar da ordem fundamental (CF, art. 1º, III), a Constituição que veda a tortura e qualquer trata-

mento desumano ou degradante (art. 5º, III), a Constituição que assegura a inviolabilidade da, intimidade, da honra e do direito de imagem (art. 5º, X), a Constituição que assegura o contraditório e a ampla defesa nos processos judiciais e administrativos (art. 5º, LV) não tolera as práticas ignominiosas dos Tribunais Revolucionários.

Não foi por outra razão, Sr. Presidente, que o constituinte de 1988 insculpiu no art. 5º, XXXVII, vedação expressa aos juízos ou tribunais de exceção.

Nessas condições, é que julgo indispensável rememorar alguns procedimentos que hão de ser observados pela CPI. No que tange ao sigilo bancário, regido pelas normas específicas do art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, exige ele que o pedido de informações seja aprovado pela maioria absoluta dos Membros, quer do Plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, quer da CPI, contrariamente ao que dispõem as normas gerais de pedidos de informações outros de que tratam os Regimentos Internos de cada uma daquelas Casas do Congresso Nacional (Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 114 a 117; Regimento Interno do Senado Federal, arts. 214 a 217).

Não há qualquer ensancho para se falar em derrogação do § 4º do art. 38 da Lei nº 4.595, pelo art. 50, § 2º da Constituição de 1988. Aquela foi inteiramente recepcionada pela Constituição atual.

Nos termos da Constituição, no seu Título sobre os direitos e garantias fundamentais, são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas (art. 5º, X).

Nessa ordem de idéias, José Afonso da Silva ("Curso de Direito Constitucional Positivo", 8ª ed. São Paulo, Malheiros, 1992, p. 190), citando Eduardo Novoa Monreal, afirma que o segredo profissional obriga a quem exercer uma profissão regulamentada, em razão da qual há de tomar conhecimento do segredo de outra pessoa, a guardá-lo com fidelidade. Assim, o titular do segredo é protegido, no caso, pelo direito à intimidade, pois o profissional, médico, advogado e também o padre-confessor (por outros fundamentos), não pode liberar o segredo, devassando a esfera íntima, de quem teve conhecimento, sob pena de violar aquele direito e incidir em sanções civis e penais.

Sendo o sigilo matéria não apenas legal mas fundamentalmente constitucional, a sua quebra implica necessariamente um ilícito. É de ser ressaltar que a quebra do sigilo que se porventura verifica durante o percurso da informação do estabelecimento bancário, para a CPI. "São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos". São essas as palavras textuais do preceito do artigo 5º, inciso LVI, da Constituição.

Para a quebra do sigilo bancário é mister, portanto, que o pedido de informação se proceda pela aprovação da maioria absoluta do Plenário de cada uma das Câmaras ou dos componentes de Comissão Parlamentar.

Por tudo isso, pode-se também extrair a ilação de que a sessão secreta que se impõe à apreciação de documentos e à deliberação pela CPI de matéria inviolável enquanto **subexamem**, somente comporta a presença de parlamentares integrantes daquela Comissão. Com efeito, sendo a inviolabilidade uma garantia constitucional, que implica sanção penal ao infrator, impõe essa circunstância todo um cuidado que só se assegura na facilidade de controle, uma vez considerado o voto de sigilo, conjugado à representação partidária na Comissão e a necessidade de **quorum** qualificado para pedidos de certas informações ou documentos sigilosos.

Também no que respeita às buscas e apreensões não devem ser menores as cautelas. Segundo Nelson Sampaio, a linguagem da lei é bastante ampla, ao dizer que as comissões parlamentares de inquérito poderão “determinar as diligências que reputarem necessárias”. A amplitude e variedade das diligências parecem, pois, ficar ao critério da própria comissão. Algumas espécies de diligências cabíveis nos inquéritos parlamentares são facilmente apontáveis, tais como inspeção *in loco*, vistoria, perícias gráficas, exames de escritas, etc. (p. 74).

Levanta-se, porém, a dúvida se, entre as diligências, podem-se incluir as buscas e apreensões. Pontes de Miranda (Com. à Const. de 1946), depois de lembrar-nos a controvérsia a respeito, no direito comparado, escreve: “As buscas e apreensões são permitidas quando há razões fundadas para se terem como indispensáveis. Realizam-se por intermédio da autoridade policial ou por mandado da comissão de inquérito” (Idem, *ibidem*).

Deve-se, entretanto, distinguir. Quanto às buscas pessoais, parece que podem recair sobre “indiciados” e testemunhas que compareçam perante as comissões investigadoras. Estas poderão, por exemplo, averiguar se tais indivíduos são portadores de armas proibidas. Tais atribuições se incluem dentro do poder de polícia do Poder Legislativo e de suas comissões (Idem, *ibidem*).

Quanto às buscas domiciliares, a matéria é mais delicada. De qualquer modo, não acompanhada Nelson Sampaio a lição citada de que tais buscas podem ser realizadas “por mandado de comissão de inquérito”. Segundo ele, isso somente possível se se houvesse convertido em lei o substitutivo, de 1930, do Deputado João Santos, que expressamente incluía entre os poderes das comissões de inquérito (ou das mesas das respectivas Câmaras) o de “emitir mandados de buscas e apreensões” (idem, p. 75).

No regime da Lei nº 1.579, que não menciona essa atribuição das comissões parlamentares de inquérito, opina Nelson Sampaio que as buscas e apreensões não se justificariam, e, na hipótese de se as admitir, somente poderiam realizar-se mediante mandado judicial. Seria o máximo a que se poderia chegar, raciocinando por analogia com o que sucede no caso de condução forçada de testemunhas (idem, *ibidem*).

No seu modo de ver ainda contaria a seu favor o fato de que nenhum Regimento Interno das Câmaras brasileiras prevê diligências dessa natureza. Por isso, não teria ele dúvida em aconselhar o juiz brasileiro a recusar pedidos para tais fins. As buscas são motivos de atrito entre o Legislativo e o Executivo, com possível envolvimento do Judiciário. Na hipótese, por exemplo, em que um funcionário, obediente às ordens do governo, impedisse o acesso a arquivos ou quaisquer fontes de informação, a questão acabaria assumindo o caráter de conflito político, semelhante ao caso de resistência a divulgar segredo de Estado, sob a alegação de que feriria o interesse público (idem, *ibidem*).

Adverte Nelson Sampaio, ainda, em reforço de seu argumento, que a legislação brasileira dá poderes às comissões parlamentares de inquérito de “requisitar” documentos de repartições públicas e autárquicas, dando a entender que elas não podem ir além dessa medida. Se a requisição não for atendida, a comissão tomará as medidas cabíveis. Entre essas, porém não se acham as buscas e apreensões, pois a lei não as mencionou, ao contrário do que fez em relação à testemunha desobediente (pp. 75/76).

Finalizando, Sr. Presidente, cumpre-me ressaltar a necessidade de que a CPI não mais se afaste dos objetivos para os quais foi instituída. Que não mais se perca na busca de denúncias difusas, responsável pela instauração de um deplorável estado de delação! Faz-se mister, Sr. Presidente, que ela se limite a apurar o fato determinado que deu causa à sua instauração.

A Nação espera que o Congresso Nacional cumpra o seu papel de foro natural de debates das grandes questões nacionais. O País está ansioso para que as mazelas que o atormentam sejam extirpadas com a brevidade possível. Quer-se que os óbices que se levantam contra a modernização sejam superados.

Evidentemente, tais desideratos não serão alcançados com o desenvolvimento de um “consenso negativo”, com a celebração de uma “aliança perversa” contra a governabilidade. O enfraquecimento do Governo, Sr. Presidente, não ameaça apenas o equilíbrio econômico e social. Não! Um Governo tíbio representa, Sr. Presidente, uma ameaça para as próprias instituições, que não resistirão à inércia, à indiferença, à retórica vazia e descompromissada com a dura realidade. Creio, portanto, Sr. Presidente, que não exagero quando afirmo que uma aliança pela ingovernabilidade configura, sem mais nem menos, uma opção pelo caos!

Sr. Presidente, o momento é muito grave para que nos dediquemos a torneios retóricos e a tergiversações. O anseio por reformas profundas está nas ruas. O reclamo por reforma encerra, também, o repúdio às práticas políticas distorcidas, ao desvio e à malversação do dinheiro público. Nos ideais de modernidade não há lugar para a corrupção.

Tanto é assim, Sr. Presidente, que o Chefe do Poder Executivo não tem faltado com o dever de mandar apurar todas as denúncias de irregularidades. É inegável que as denúncias anteriores tiveram conseqüências. Auxiliares, dos mais próximos aos mais distantes, foram afastados. Inquéritos administrativos e sindicâncias têm sido abertos. Investigações policiais têm sido requisitadas. Inúmeros processos penais já foram iniciados. Prisões preventivas foram decretadas. Condenações foram prolatadas.

Ainda recentemente a imprensa noticiava a condenação dos envolvidos na execrável fraude contra a Previdência Social. Todos sabem, Senhor Presidente, que isto não teria sido possível sem a participação efetiva, sem a colaboração decidida do Governo Federal. De resto, esse fato foi reconhecido expressamente pelo próprio Poder Judiciário do Rio de Janeiro, pela voz honrada do Presidente do egrégio Tribunal daquele Estado.

Também no plano fiscal, pôs-se termo à tradicional anistia para os sonegadores.

A norma tributária sempre demonstrou preocupação com o fato do recolhimento no prazo por parte dos responsáveis, das importâncias de impostos recebidos de terceiros, a exemplo do imposto de renda retido na fonte ou do imposto sobre produtos industrializados.

Assim é que disposições da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964, incluíram os atrasos ou a falta do recolhimento dos valores retidos, pertencentes à Fazenda Pública, entre os fatos constitutivos do crime de apropriação indébita, crime esse já definido no art. 168 do Código Penal.

Em seguida a lei fiscal — Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965 — também voltou as suas atenções para a sonegação fiscal, constituída de fatos tais como declaração falsa ou omissão de informação com a intenção de diminuir o imposto

ou lhe ocultar a ocorrência, ou, ainda, a alteração de documentos fiscais com o propósito de fraudar a Fazenda Pública, que então foram definidos como crime.

Em 1969, o Decreto-lei nº 1.061, de 21 de outubro, enquadrava entre os produtos de enriquecimento ilícito outra figura delituosa, o não recolhimento no prazo, à Fazenda Pública, de valores arrecadados de terceiros.

Já no atual Governo foi promulgada a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, definindo crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo.

Todas essas normas, no entanto, tinham o seu calcanhar-de-aquiles, comum, que se traduzia na disposição de extinção da punibilidade dos crimes de apropriação indébita e de sonegação, isto é, livrar-se o infrator do processo penal e da condenação, quando providenciava o recolhimento do tributo devido antes do oferecimento da denúncia pelo Promotor Público ou até mesmo antes do procedimento administrativo fiscal (v.p.ex. artigo 2º da Lei nº 4.729, de 1965, ou artigo 11, § 1º, da Lei nº 4.357, de 1964). A simples existência de crédito do infrator perante a Fazenda Pública também levava à extinção da punibilidade.

É bem verdade que, no Decreto-Lei nº 1.060, de 1969, o legislador previra a não-extinção da punibilidade desses crimes, quando o infrator fosse reincidente. De um modo geral, no entanto, reinava uma situação com a qual o poder público e a sociedade não mais deveriam coonestar, ou seja, um tratamento brando para os delinquentes fiscais.

Foi, então, que o atual Governo, em boa hora, tomou a iniciativa de lei pondo cobro a esse estado de coisas. Efetivamente, em 30 de dezembro de 1991, foi sancionada a Lei nº 8.383, conhecida como a Lei da UFIR, que, de modo singelo mas firme, no seu último artigo — o de nº 98 — revogou o art. 11, §§ 1º e 2º, da Lei nº 4.357, de 1964; o art. 2º da Lei nº 4.729, de 1965; o art. 5º do Decreto-Lei nº 1.060, de 1969; e o art. 14 da Lei nº 8.137, de 1990, não mais permitindo com isso sejam anistiados os depositários infieis e os sonegadores.

São inegáveis, portanto, Sr. Presidente, os esforços do Governo no sentido de dotar o País de um novo padrão ético.

Cumpra-me fazer votos que a CPI, na sua fase final, não mais se perca no complexo emaranhado das manobras diversionistas engendradas por portadores de interesses inconfessáveis. E que não se transforme, como já está ocorrendo, num instrumento dos derrotados, dos frustrados e dos ressentidos, contra as instituições democráticas.

Leio, Sr. Presidente e Srs. Senadores, contristado, no jornal *O Globo* de hoje, página 4, que o PMDB, sob a presidência do Sr. Orestes Quércia, em reunião realizada na Casa do Presidente da Câmara dos Deputados, resolveu defender o *impeachment* do Presidente Collor, após "ouvir do relator Amir Lando (PMDB/RO) um balanço das investigações já realizadas". Sr. Presidente e Srs. Senadores, isso significa que a CPI acabou. Está claro que acabou. Tem outro foro de debates que não é o Congresso Nacional. É mais grave, pelo amplo relato que lhe foi feito, é de presumir-se que tenha tomado conhecimento dos documentos de caráter sigiloso, descumprindo a lei. A CPI acabou e quem decide por ela agora não são mais os Partidos que a integram — PSDB, PT, PDT, PFL, PRN, etc. — e, sim, o Sr. Orestes Quércia, essa figura insólita da moralidade brasileira.

É uma vergonha Sr. Presidente e Srs. Senadores. Uma vergonha, principalmente quando o mesmo jornal, na edição de hoje, em matéria publicada na página 4-A noticia que

a Justiça Sequestra Bens de Primo de Quércia, por enriquecimento ilícito, quando presidia, no Governo Quércia, a Eletropaulo.

Era o que tinha a dizer.

*DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR.
ODACIR SOARES EM SEU DISCURSO:*

O Globo

17-7-1992

PMDB PROPÕE QUE RELATÓRIO CITE COLLOR

Brasília — Além de pedir a punição do empresário PC Farias, a CPI sobre PC deverá responsabilizar, no relatório final, o Presidente Collor como fonte do poder exercido pelo ex-caixa de sua campanha eleitoral. A cúpula do PMDB reuniu-se ontem com seus representantes na CPI e chegou a esta conclusão após ouvir do relator Amir Lando (PMDB — RO) um balanço das investigações já realizadas. O Presidente do partido, Orestes Quércia, e seus aliados avaliaram que, como maior partido de oposição, o papel do PMDB deve ser o de defender o *impeachment*, após a apresentação do relatório

— Pelo andamento das investigações, pude perceber que dificilmente se excluirá o Presidente da República do relatório final da CPI. E, chegando-se a esse resultado, dificilmente o PMDB poderá deixar de defender o *impeachment* — disse Quércia, à saída do almoço na casa do Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB — RS), do qual também participaram o Presidente do Senado, Mauro Benevides (PMDB — CE) e os líderes do partido, Deputado Genebaldo Correia (BA) e Senador Humberto Lucena (PB).

Quércia lançou um desafio ao Presidente Collor e sua "tropa de choque":

— O PMDB reafirma neste momento seu total apoio à CPI e lamenta a mudança de postura do Presidente da República, que antes defendeu as investigações e agora dedica-se a pressionar o Congresso e a imprensa. Isto é um equívoco que seguramente irá prejudicá-lo. O PMDB não tem qualquer receio de ser investigado.

Depois da reunião, os peemedebistas fizeram questão de prestigiar o Presidente da CPI, Deputado Benito Gama (PFL — BA), que, segundo o Relator da CPI está mantendo um comportamento irrepreensível. Quércia aproveitou para dizer que os bilhetes do Presidente Collor, criticando os integrantes da CPI, comprometem sua própria base partidária.

— O PMDB, como maior partido de oposição e detentor das presidências das duas casas (Câmara e Senado) e ainda da relatoria da CPI, será o principal responsável pelos erros e acertos que ocorrerem em função desta CPI. E também pelas decisões futuras que serão tomadas após a apresentação do relatório. Por isso, tem que estar extremamente atento às expectativas da opinião pública — explicou o líder na Câmara, Genebaldo Correia.

O depoimento da secretária da empresa EPC, Rosinete Melanias Carvalho, ontem pela manhã deu ainda mais elementos para o PMDB tomar sua decisão de não aceitar pressões, para que a responsabilidade sobre o tráfico de influência no Governo recaia apenas sobre PC. Rosinete declarou que PC fizera depósito na conta da secretária particular de Collor, Ana Acioli.

O Globo

JUSTIÇA SEQUESTRAS BENS
DE PRIMO DE QUÉRCIA

São Paulo — Alfredo Almeida Júnior, presidente da Eletropaulo no Governo Quércio e primo do presidente do PMDB, Orestes Quércio, foi considerado culpado de enriquecimento ilícito e teve seus bens temporariamente seqüestrados pela Justiça. Ontem, a pedido do Ministério Público, a Justiça determinou que 13 apartamentos que ele comprara quando presidia a empresa passem a integrar o patrimônio da Eletropaulo. Alfredo, nos três anos que ficou na empresa, comprou 23 imóveis.

Ele e sua mulher, Glória de Almeida, vão responder a inquérito policial e poderão ter prisão preventiva decretada. Seu cunhado Luiz Bizarro, que o assessorava na Presidência da Eletropaulo e era o responsável pelas licitações da empresa, também responderá a inquérito.

Bizarro, em março de 1989, comprou, a preço inferior ao de mercado, um apartamento no edifício The First Service Flat, na área dos Jardins, de uma das firmas que ganhou concorrências na estatal. Sete meses depois, ele transferiu o apartamento para Alfredo.

Os outros 12 apartamentos, no Edifício Santa Mônica Residence Service, no bairro da Bela Vista, agora bens da Eletropaulo, foram comprado por Alfredo Almeida Júnior em 10 de agosto de 1990, também por preços abaixo do mercado. Segundo se apurou nos processos, um dia antes a empresa vendedora conseguira cadastrar-se como fornecedora da Eletropaulo. E em março de 1991 venceu duas licitações.

COLLOR, NO 12º BILHETE,
DENUNCIA "CONVERGÊNCIA DO ÓDIO"

Brasília — O Presidente Collor escreveu ontem o 12º bilhete, desta vez para protestar contra o que chamou de desrespeito aos direitos humanos durante o depoimento de sua secretária Ana Acioli. Encaminhado ao porta-voz Pedro Luiz Rodrigues, o bilhete é um recado aos parlamentares opositoristas da CPI sobre PC Farias. O Presidente denunciou ainda a existência da "convergência do ódio", que seria um desdobramento do "sindicato do golpe".

Apesar de Ana Acioli ter agradecido ao Deputado Benito Gama e ao Senador Amir Lando pela forma como fora tratada no interrogatório, o Presidente voltou a criticar a decisão da CPI de inquiri-la. Collor disse que Ana Acioli é humilde e indefesa e que sua convocação foi uma crueldade, por causa de seu estado de saúde.

No bilhete, Collor não identificou diretamente aqueles a quem acusou de "usar os direitos humanos apenas como bandeira eleitoral". "A democracia deve prevenir-se não somente contra o sindicato do golpe, mas precaver-se de sua metástase: a convergência do ódio. São univitelinos, usam a mesma técnica e possuem os mesmos sócios", diz o Presidente no bilhete.

A mensagem escrita ontem é uma continuação da polémica causada pelo bilhete de anteontem, quando protestara contra o "tratamento desumano" na tomada do depoimento de Ana Acioli. Depois de o presidente da CPI, Benito Gama, responder que Collor estaria "preocupado com outras coisas" e não com a saúde da secretária, o Presidente decidiu criticar a "crueldade do processo".

"Quando manifestei minha inconformidade diante do tratamento inaceitável que, segundo fui informado, alguns mem-

bros da CPI dispensaram a depoentes humildes e indefesos, não generalizei a autoria. Apenas particularizei a crueldade do processo", diz o primeiro trecho do bilhete.

O 12º bilhete

Pedro Luiz:

Quando manifestei a minha inconformidade diante do tratamento inaceitável que, segundo fui informado, alguns membros da CPI dispensaram aos depoentes humildes e indefesos, não generalizei a autoria. Apenas particularizei a crueldade do processo.

Os verdadeiros autores, todos nós os conhecemos. São os mesmos para quem os direitos humanos funcionam exclusivamente como bandeira eleitoral. Quando precisam obedecê-los, tornam-se insensíveis e desatentos aos princípios comensuráveis da solidariedade humana.

A democracia deve prevenir-se não somente contra o Sindicato do Golpe, mas precaver-se da sua metástase a convergência do ódio. São univitelinos. Usam a mesma técnica e possuem os mesmos sócios.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Amazonino Mendes — Antonio Mariz — Carlos De'Carli — César Dias — Elcio Alvares — Epitácio Cafeteira — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Hydekel Freitas — José Paulo Bisol — Marco Maciel — Maurício Corrêa — Ney Maranhão — Odacir Soares.

Sessão ordinária do Senado às 9:00 Horas, Brasília 17-7-92

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49, DE 1992

Transforma cargos efetivos, vagos, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º. Ficam transformados em cargos da Categoria Funcional de Analista Legislativo, 8 (oito) cargos efetivos, vagos, da Categoria Funcional de Técnico Legislativo Área de Processo Legislativo.

Parágrafo único. Os cargos transformados, na forma deste artigo, são acrescidos às seguintes Áreas de Especialização:

3 (três) Médico-Odontológica

4 (quatro) Contabilidade

1 (um) Estatística

Art. 2º. A Categoria Funcional de Analista Legislativo — Áreas de Especialização Médico-Odontológica, de Contabilidade e de Estatística, e a Categoria Funcional de Técnico Legislativo — Área de Especialização de Processo Legislativo passam a vigorar na forma do anexo desta resolução.

Art. 3º. A Área de Especialização Médico-odontológica da Categoria Funcional de Analista Legislativo, criada pela Resolução nº 87, 1989, e constante de seu Anexo II, passa a vigorar como Área de Especialização Médica e Área de Especialização Odontológica.

Parágrafo único. Ficam mantidas na Área de Especialização Médica e na Área de Especialização Odontológica, na forma do anexo desta resolução, as vagas originárias e as ora transformadas.

Art. 4º A Subsecretaria de Administração de Pessoal republicará o Quadro de Pessoal do Senado Federal com as alterações decorrentes desta Resolução.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

A N E X O

QUADRO DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL

PARTE PERMANENTE

(RESOLUÇÃO Nº , DE 1992)

SITUAÇÃO ANTES DA RESOLUÇÃO			SITUAÇÃO APÓS A RESOLUÇÃO		
CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO			CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO		
Área Médico-Odontológica			Área Médica		
CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS
27	08	35	25	08	33
CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO			CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO		
Área Médico-Odontológica			Área Odontológica		
CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS
27	08	35	02	03	05
CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO			CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO		
Área - Contabilidade			Área - Contabilidade		
CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS
07	00	07	07	04	11

SITUAÇÃO ANTES DA RESOLUÇÃO			SITUAÇÃO APÓS A RESOLUÇÃO		
CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO			CATEGORIA FUNCIONAL DE ANALISTA LEGISLATIVO		
Área - Estatística			Área - Estatística		
CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS
00	00	00	00	01	01

CATEGORIA FUNCIONAL DE TÉCNICO LEGISLATIVO			CATEGORIA FUNCIONAL DE TÉCNICO LEGISLATIVO		
Área Processo Legislativo			Área Processo Legislativo		
CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS	CARGOS OCUPADOS	CARGOS VAGOS	TOTAL DE CARGOS
527	29	556	527	21	548

Justificação

Trata o presente projeto de resolução da transformação de cargos vagos da Categoria Funcional de Analista Legislativo-Área de Segurança, para Categoria Funcional de Analista Legislativo, Áreas de Especialização Médica, Odontológica, de Contabilidade e de Estatística.

Conta o Senado Federal com deficiência em algumas áreas de especialidades no seu quadro de médicos, odontólogos, contadores e de estatístico.

O aumento do número de cargos, na Categoria Funcional de Analista Legislativo, nessas áreas de especialidade, virá proporcionar a possibilidade de se preencher parte dessa deficiência.

Por outro lado, a Categoria Funcional de Técnico Legislativo-Área de Processo Legislativo, não sofrerá com a transformação de 8 (oito) cargos, vagos, de sua estrutura para a Categoria Funcional de Analista Legislativo, pois conta, atualmente, com 556 (quinhentos e cinquenta e seis) cargos, dos quais 527 (quinhentos e vinte e sete) ocupados, o que atende, satisfatoriamente as necessidades administrativas.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1992. — Mauro Benevides — Alexandre Costa — Dirceu Carneiro — Rachid Saldanha Derzi.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — O projeto lido ficará sobre a mesa, durante cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas, nos termos do § 1º do art. 401 do Regimento Interno. Findo este prazo, a matéria será remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — A Presidência recebeu, do Prefeito Municipal da Cidade do Rio de Janeiro, o Ofício nº 548, de 15 de julho corrente, encaminhando parte dos documentos exigidos pela Resolução nº 36, de 1992, do Senado Federal, destinados a instruir o processo do Ofício nº S/17, de 1992.

O expediente será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos para ser anexado à matéria em referência. (Pausa)

A Presidência comunica ao Plenário que a Comissão Diretora, em reunião realizada no dia 15 de julho último, aprovou os Requerimentos nºs 471, 472, 497, 501, 502 e 503, de 92, dos Senadores Nelson Carneiro, Pedro Simon, Nelson Wedekin e Mário Covas, de informações aos Ministérios das Relações Exteriores; dos Transportes e Comunicações, da Economia, Fazenda e Planejamento; da Justiça; e Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos designados

para a sessão ordinária de segunda-feira, a realizar-se às 14h30 min, a seguinte

ORDEM DO DIA

MENSAGEM Nº 256, DE 1992

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno.)

Mensagem nº 256, de 1992, pela qual o Senhor Presidente da República solicita autorização para que a República Fede-

rativa do Brasil possa contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até DM 30.000.000.00 (trinta milhões de marcos alemães), destinada ao co-financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente — PNMA, a ser executado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA. (Dependendo de Parecer.)

O SR. PRESIDENTE (Meira Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 51 minutos.)